

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

THAINÁ EVELLYN MARTINIANO ALEXANDRE

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ARNON DE MELLO: UM CIDADÃO KANE NA TERRA  
DOS CAETÉS (1911-1983)

Maceió – AL

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

THAINÁ EVELLYN MARTINIANO ALEXANDRE

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ARNON DE MELLO: UM CIDADÃO KANE NA TERRA  
DOS CAETÉS (1911-1983)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Batista  
Acioly Maciel

Maceió – AL

2023

**Catálogo na fonte Universidade  
Federal de Alagoas Biblioteca Central  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

A381t Alexandre, Thainá Evellyn Martiniano.

A trajetória política de Arnon de Mello: um cidadão kane na terra dos caetés (1911-1983) / Thainá Evellyn Martiniano Alexandre. – 2023.

88 f.

Orientador: Osvaldo Batista Acioly Maciel.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.

Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes.  
Programa de Pós-Graduação em História. Maceió,  
2023.

Bibliografia: f. 85-88.

1. Mello, Arnon de, 1911-1983. 2. Trajetória. 3. Política. 4.

## **AGRADECIMENTOS**

Com a aprovação pela banca desta dissertação se encerra um dos períodos mais difíceis da minha trajetória. Entrei no mestrado muito feliz assim que terminei minha graduação, mas logo em seguida, na semana seguinte na verdade, iniciava concretamente a pandemia da COVID-19 no Brasil. E com isso as incertezas e o criminoso gerenciamento da pandemia pelo Governo de Jair Bolsonaro.

Gostaria de primeiramente agradecer aos meus pais que além de me proporcionarem carinho e amor, sempre me deram suporte material para que eu pudesse estudar. Sei o quanto isso é um privilégio no Brasil, e principalmente no governo negacionista e inimigo das ciências de Jair Bolsonaro.

Agradeço aqui ao meu sobrinho, Guilherme, que hoje tem apenas um aninho de vida, mas que diariamente me proporciona doses de humanidade, amor e vontade de continuar na luta por um mundo concretamente melhor. Te amo muito, titia.

Agradeço ao meu orientador, Osvaldo Maciel, que com muito respeito sempre proporcionou um diálogo aberto sobre o caminho que iremos seguir com este trabalho e foi parte essencial para o meu avanço intelectual. Amplio meu agradecimento ao corpo docente do PPGH e à Luciana, secretária da pós, que mesmo diante da realidade pandêmica proporcionaram o máximo de normalidade para que eu e meus colegas pudéssemos concluir esta etapa da nossa formação.

Ao meu colega de mestrado, Alex, agradeço por ter compartilhado comigo em conversas as angústias desse tempo que vivemos. Os debates futebolísticos, as reflexões sobre a conjuntura política e os momentos de emoção e históricos, como o tri da Argentina na Copa do Mundo.

À Universidade Federal de Alagoas, lugar essencial na minha trajetória, meu mais profundo agradecimento e torço pra que nossa história não se encerre aqui. Serei sempre uma defensora desta Universidade, lugar onde os filhos e as filhas da classe trabalhadora alagoana podem não somente sonhar com futuros, mas concretizar esses sonhos e as mudanças em suas vidas. Para mim, é uma honra ser fruto desse espaço que contribuiu tanto para a minha formação acadêmica, pessoal e militante.

E o principal, agradeço ao povo brasileiro que no dia 30 de outubro de 2022 escolheu o futuro do nosso país e de seu povo!

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

(Rosa Luxemburgo)

## RESUMO

Esta dissertação investiga a trajetória política de Arnon de Mello (1911-1983), jornalista, empresário e político que ocupou o cargo de Governador de Alagoas (1951-1955) e o de Senador da República (1963-1981) por esse mesmo Estado. Investigamos sua atuação política em articulação com sua trajetória profissional/empresarial no campo do jornalismo e das comunicações, nos quais Arnon de Mello ganhou destaque no cenário nacional a partir da década de 1930. A partir deste objeto, e de acordo com a formulação de Antônio Gramsci, focamos em sua atuação enquanto um intelectual orgânico de uma fração da burguesia brasileira no período pré-Ditadura Empresarial-Militar e na consolidação do regime ditatorial, contribuindo com a construção de um projeto de país que atendesse ao modelo de desenvolvimento e modernização do capital monopolista.

**Palavras-chave:** Arnon de Mello; Trajetória Política; Intelectual Orgânico; História do Jornalismo; Coronelismo Midiático

## ABSTRACT

This dissertation investigates the political trajectory of Arnon de Mello (1911-1983), a journalist, businessman and politician who held the position of Governor of Alagoas (1951-1955) and Senator of the Republic (1963-1981) by the same State. We investigated his political activity in conjunction with his professional/business career in the field of journalism and communications, in which Arnon de Mello gained prominence on the national scene from the 1930s onwards. From this object, and according to Antônio Gramsci's formulation, we focus on his performance as an organic intellectual of a fraction of the Brazilian bourgeoisie in the pre-Business-Military Dictatorship period and in the consolidation of the dictatorial regime, contributing to the construction of a country project that met the development and modernization model of monopoly capital.

**Keywords:** Arnon de Mello, Political Trajectory; Organic Intellectual; History of Journalism; Media coronelismo

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2. ARNON DE MELLO: ASPECTOS BIOGRÁFICOS INICIAIS, A PROFISSÃO DE JORNALISTA E O ÍNICIO DE SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA (1911 – 1950).....</b>   | <b>13</b> |
| 2.1. Os primeiros anos de vida de Arnon de Mello e seu início profissional como jornalista.....   | 13        |
| 2.2. O Estado Novo: censura para a oposição e viagem para os aliados (1937 – 1942).....   | 18        |
| 2.3. A crise do Estado Novo, seu fim e a redemocratização do Brasil (1942-1945).....  | 27        |
| <b>3. A CHEGADA AO PODER PÚBLICO: A ATUAÇÃO DE ARNON DE MELLO COMO GOVERNADOR DE ALAGOAS E SENADOR DA RÉPUBICA (1950 - 1964).....</b>   | <b>32</b> |
| 3.1. Diferente, mas igual: as disputas políticas em Alagoas nos anos 1950 e o Governo Arnon de Mello (1950-1955).....   | 32        |
| 3.2. A compra do jornal Gazeta de Alagoas e os primeiros passos na hegemonia da informação em Alagoas (1951-1963).....  | 42        |
| 3.3. Atuação política, autoritarismo e violência: o início da trajetória de Arnon de Mello no Senado Federal (1963-1964).....   | 46        |
| <b>4. CONSTRUINDO CONSENSO COM PROPAGANDA SOB ARMAS: A ATUAÇÃO DE ARNON DE MELLO NO PERÍODO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1963-1983).....</b>   | <b>51</b> |
| 4.1. As conspirações golpistas e antidemocráticas que caminhavam nas sombras: o contexto social-político do Brasil até o golpe de 1964 (1961-1964).....   | 51        |
| 4.2. “Graves e sagrados são os deveres que nos impõe a nossa condição de intérpretes da vontade popular”: Arnon de Mello como intelectual orgânico da ditadura Empresarial-militar (1964 1983)..... | 65        |
| <b>5. CONCLUSÃO.....</b>  | <b>85</b> |
| <b>6. REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>87</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Arnon de Mello foi um jornalista, empresário e político alagoano que ganhou destaque nacional a partir de sua atuação no campo da comunicação na década de 1930. Uma figura bem relacionada nesta área e também no campo político. Foi governador de Alagoas (1951 – 1955) e posteriormente Senador pelo mesmo Estado (1963 – 1983). Além de ter sido o fundador do maior conglomerado de comunicação de Alagoas, que leva seu nome até os dias de hoje, a Organização Arnon de Mello.

Nossa pesquisa tem como objetivo investigar a trajetória política de Arnon de Mello, destacando os períodos em que ocupou os cargos de Governador de Alagoas e Senador da República, mas também articulando esta trajetória política a sua atuação profissional/empresarial no campo do jornalismo e das comunicações. A partir deste objeto, vamos nos direcionar ao seu papel enquanto um intelectual orgânico, de acordo com a leitura e conceituação de Antônio Gramsci, de uma fração da burguesia brasileira para a concretização do golpe Empresarial-Militar de 1 de abril de 1964 e na manutenção do projeto de Brasil que atendessem ao modelo de modernização capitalista que se iniciou deste acontecimento histórico.

Nesse sentido, para Gramsci o intelectual é aquele que exerce função diretiva seja no campo econômico ou político. A atuação de Arnon, enquanto um intelectual orgânico da fração de classe da qual fez parte se deu desde o início de sua trajetória pública, mas se acentua no período da Ditadura Empresarial-Militar, pois atua como um organizador dos ideais da fração da burguesia da qual fez parte e através de seu mandato, de seu jornal e das modernizações que foi possibilitado promover em seus meios de comunicação, utilizou como instrumento de classe na disputa político-ideológica.

Iniciaremos abordando os principais aspectos biográficos e o início da atuação profissional de Arnon de Mello, que foi de destaque a partir da cobertura da Revolução de 1930 no Brasil. Arnon atuou na cobertura de vários momentos importantes do século XX, a partir daí iniciou sua trajetória nos Diários Associados, órgão do magnata da comunicação do período, Assis Chateaubriand. Abordaremos sua relação com Vargas e sua viagem com o presidente ditador de Portugal, Oscar Carmona, à África. Nesse contexto iremos abordar alguns dos principais acontecimentos históricos desse período e a atuação de Arnon de Mello neste processo.

O cenário de fundo de nossa análise é também o contexto das disputas políticas em Alagoas, com os grupos oligárquicos que se alternavam no poder no Estado. Deste modo,

tratamos em que conjuntura Arnon de Mello foi eleito governador (1950) e como se deu seu mandato no cargo que durou até 1955. Nesse período, Arnon comprou e tornou-se o proprietário do Jornal Gazeta de Alagoas, seu veículo de comunicação que posteriormente iria se tornar um dos maiores conglomerados de mídia do Nordeste. Abordaremos também a eleição de Arnon de Mello para o cargo de Senador da República e o tiroteio no qual assassinou o senador José Kairala.

Como consequência deste episódio de violência no Senado, Arnon de Mello ficou preso durante sete meses, mas acabou sendo absolvido pela justiça que entendeu que ele havia agido em legítima defesa, e foi solto em julho de 1964. Durante o período que Arnon esteve preso, os conspiradores e golpistas já estavam em processo para a concretização do golpe que aconteceu em 1 de abril de 1964. Mesmo não participando dos momentos que antecedem o golpe em decorrência da sua condição, Arnon já tinha manifestado opiniões de cunho golpista contra o Governo de João Goulart. Tanto que seu jornal, a Gazeta de Alagoas, nas 35 matérias que citam João Goulart, no período entre março de 1963 e março de 1964, 26 vezes ele é citado de maneira “desfavorável” (ZAYDAN, 2010, p.119). Nesse mesmo período temporal, Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara e figura golpista e conspiradora do golpe, foi citado de maneira “favorável” 20 vezes do total de 24 citações (ZAYDAN, 2010, p. 117).

Em nosso terceiro e último capítulo, iniciamos tratando da conjuntura brasileira do pré-golpe, pois compreendemos que esta abordagem se faz necessária para que justifiquemos nossa utilização do termo Ditadura Empresarial-Militar, visto que nesta parte da pesquisa tratamos das organizações financiadas pela burguesia nacional e por entidades internacionais com o objetivo de desestabilizar o governo de João Goulart. Para isso, nos apropriamos da obra “1964: A conquista do Estado” de René Dreifuss (1981), que apesar de ser uma pesquisa clássica, ainda sustenta com muito vigor e validade sua tese como indicam as pesquisas de Demian Melo (2014) e Rejane Hoeveler (2020). Para nos ajudar também a compreender esse período nos apropriamos de José Paulo Netto (2014).

Arnon após ser solto, voltou a assumir seu cargo de Senador da República e com a imposição do bipartidarismo, implantado pela ditadura, filiou-se a ARENA, partido de base da ditadura. No senado, sua atuação foi de convergência com as políticas estabelecidas pelo regime sendo esse o período importante avanços tecnológicos nos veículos de comunicação pertencentes à Arnon de Mello.

Isso nos remete às referências que fazemos no título da dissertação: ao Cidadão Kane e

aos Caetés, povo indígena que habitou a costa de Alagoas. Cidadão Kane é uma obra cinematografia lançada em 1941, dirigida e estrelada por Orson Wells. É tida como um dos melhores filmes já produzidos pela originalidade do roteiro, sua narrativa, visto que apresente diversos gêneros cinematográficos em um só filme e também a revolução na parte técnica do cinema.

Cidadão Kane tem como enredo a vida de Charles Foster um homem que nasceu pobre, mas acabaria tornando-se milionário e um dos homens mais importantes dos EUA. Mas sua fortuna não vem de sua cadeia de jornais, mas a partir dela vem a relevância e influência política, que apesar de ser milionário tinha um discurso voltado para as classes trabalhadores e subalternas.

A semelhança com Arnon de Mello, nesse enredo, é que como Charles Foster, Arnon não enriqueceu através dos jornais ou da comunicação, mas é através da comunicação que passa a ter relevância e influência política. Diferente do Cidadão Kane, que perde a eleição que disputou para governador por conta de um escândalo político estampado em capas de jornais, já Arnon de Mello saiu vitorioso em suas empreitadas eleitorais.

O fim da vida do Cidadão Kane é decadente e solitário, já Arnon de Mello acabou falecendo em decorrência de uma doença rara. Como legado deixou o maior conglomerado de comunicação do Estado de Alagoas, mas que hoje se encontra funcionando em meio a um pedido de recuperação judicial para não ir à falência, com o valor das dívidas chegando a R\$ 64 milhões<sup>1</sup>, e entre os credores estão 291 ex-funcionários. Outras dívidas também fazem parte da atual situação das empresas da OAM, pois somente ao Fisco Federal as empresas da OAM chegam a dever R\$363 milhões.

Quando nos referíamos à Arnon como um Cidadão Kane nas terras dos Caetés, queremos expressar que o território alagoano que tantas vezes é propagandeado como “terra dos marechais”, dos poderosos, mas que na verdade nossa terra é indígena e quilombola. Que o povo caeté que mesmo dizimado pela violenta e criminosa colonização, ainda vive em nossas terras e em nosso povo a partir da ancestralidade.

---

<sup>1</sup> <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/07/11/bndes-sinaliza-perdao-de-70-da-divida-para-salvar-grupo-collor-da-falencia.htm> acesso em 10 de janeiro de 2023

## **2. ARNON DE MELLO: ASPECTOS BIOGRÁFICOS INICIAIS, A PROFISSÃO DE JORNALISTA E O ÍNCIO DE SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA (1911 – 1950)**

Neste primeiro capítulo iremos abordar os principais aspectos biográficos da fase inicial de atuação profissional de Arnon de Mello, fazendo uma apresentação do objeto de nossa pesquisa. Iremos nos aprofundar com a ida de Arnon de Mello para a então Capital Federal, o Rio de Janeiro, e o início do destaque que o jornalista conquistou ao cobrir acontecimentos importantes da história do Brasil no século XX. Sua atuação nos Diários Associados de Assis Chateaubriand, sua relação com Vargas e sua viagem com o presidente ditador de Portugal, Oscar Carmona à África são tratadas aqui. Nesse contexto iremos abordar alguns dos principais acontecimentos históricos desse período e a atuação de Arnon de Mello neles.

### **2.1. OS PRIMEIROS ANOS DE VIDA DE ARNON DE MELLO E SEU INÍCIO PROFISSIONAL COMO JORNALISTA**

Arnon Afonso de Farias Mello<sup>2</sup> nasceu em 19 de setembro de 1911, no que hoje é o município de Rio Largo, em Alagoas, filho de família abastada. Seus pais, Manoel Affonso Mello e Dona Lucia de Faria Mello, eram proprietários de dois engenhos, mas acabaram sofrendo com a crise açucareira de 1920, que afetou financeiramente a vida da família. Arnon foi o nono filho do casal, que tiveram onze filhos.

Na adolescência, Arnon foi aluno interno do Ginásio de Maceió e aos doze anos já se aventurava no campo das palavras, brincando de fundar seu primeiro jornal, “O Eco”. As matérias desse “jornal” eram escolhidas por Arnon e copiadas por suas irmãs. Como os negócios da família foram afetados profundamente pela crise, os estudos de Arnon não puderam mais ser custeados e ele foi trabalhar num armazém de açúcar no Jaraguá, bairro portuário e comercial de Maceió, e posteriormente no Jornal de Alagoas. Apesar de muito jovem, aos 14 anos, Arnon de Mello já revisava os textos naquele jornal. Com esses trabalhos, Arnon conseguiu pagar seus estudos e os concluiu em 1929.

Aos 18 anos, em 1930, muda-se para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, onde matriculou-se no curso de Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Seu primeiro

---

<sup>2</sup> As informações referentes aos primeiros anos da biografia de Arnon de Mello recolhemos do seu verbete no site do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, da Dissertação de Tiago Zaidan (2010) e do quadrilho lançado por Arnon de Mello: Arnon de Mello: O homem que libertou, pacificou e engrandeceu Alagoas. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América LTDA, S/D.

trabalho na Capital Federal foi no jornal “A Vanguarda” e posteriormente foi trabalhar no jornal recém fundado “Diário de Notícias” de Orlando Dantas, ex-sócio de Assis Chateaubriand. Nesse momento o Brasil passava por um momento de agitação política, marco na história brasileira que foi a Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 é considerada como o acontecimento que coloca fim a chamada República Velha no Brasil. Nesse período as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo se alternavam na presidência do país por meio de eleições de cartas marcadas, período esse que ficou conhecido como “política do café com leite” por ter seu caráter econômico agroexportador baseado predominantemente nestes dois produtos. O cenário internacional era de crise, principalmente pela queda da bolsa de Nova Iorque em 1929 que fez com que as exportações do café sofressem uma grande queda atingindo fortemente a econômica brasileira.

Tanto homens de negócios quanto governos tinham tido a esperança que, após a perturbação temporária da guerra mundial, a economia mundial de alguma forma retornasse aos dias felizes de antes de 1914, que encaravam como normais. E de fato o *boom* imediatamente após a guerra, pelo menos nos países não perturbados por revoluções e guerras civis, parecia promissor, embora as empresas e governos não vissem com bons olhos o poder enormemente fortalecido dos trabalhadores e dos sindicatos, o que parecia significar o aumento dos custos de produção, devido a salários maiores e menos horas de trabalho. Contudo, o reajuste mostrou-se mais difícil que o esperado. Os preços e o *boom* desmoronaram em 1929. Com isso o poder dos trabalhadores foi minado — o desemprego britânico depois disso não mais caiu muito abaixo de 10%, e os sindicatos perderam metade de seus membros nos doze anos seguintes — fazendo assim mais uma vez a balança pender para o lado dos patrões, mas a prosperidade continuou fugidia. (HOBSBAWM, 1997, p.77)

No cenário político, após as eleições presidenciais de 1930, a oposição derrotada alegou fraude e não reconheceu o resultado. Essa oposição era a chamada “Aliança Liberal”, frente que tinha em Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, sua principal figura. A Aliança Liberal era composta por políticos de estados como Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro, e para destituir o governo de Washington Luís, presidente do país no período, foi de grande importância o apoio dos tenentes, militares de baixa patente que já possuíam atividades no campo político e protagonizaram o movimento que ficou conhecido como tenentismo no início da década de 1920. Em 24 de outubro de 1930 a Revolução se concretiza e Nelson Werneck Sodré (1962) a caracteriza da seguinte maneira:

A revolução de 1930 resultara de uma brecha na classe dominante, cindindo-se e permitindo a composição de uma de suas frações com os elementos de classe média presentes em todas as fermentações internas. Há na revolução, assim,

duas componentes: a tradicional, representada pelas forças políticas que exerciam o domínio do país, e a nova, representada por forças políticas que até então não haviam encontrado oportunidade para organizarem-se e atuarem, particularmente representadas no tenentismo. A revolução refletiria, por outro lado, todas as inquietações e apresentaria formulações as mais diversas, que variariam desde o vazio dos que se contentavam com a simples posse do poder até a manifestação de reformas profundas, que o quadro ainda não comportava. Nela estivera ausente a classe operária, e só isto bastaria para caracterizá-la. (SODRÉ, 1962, p.328).

Nesse contexto, conforme Arnon estava como repórter do jornal “Diário de Notícias” pôde entrevistar os políticos derrotados pela revolução. Essas entrevistas foram publicadas em uma coletânea que foi publicada como livro e intitulado “Os ‘Sem Trabalho’ da Política”. Importante salientarmos que o Diário de Notícias tinha posições<sup>3</sup> abertamente declaradas em favor da Aliança Liberal e à figura de Getúlio Vargas, mas com o autoritarismo do governo provisório de Vargas o jornal passa a pedir em suas edições a normalização da vida política do país através da convocação de uma constituinte. Como Governo Provisório Vargas, anulou a constituição de 1891, fechou o Congresso Nacional, extinguiu os partidos políticos e governou através de decretos-leis. Para os estados ele nomeou interventores, em sua maioria militares.

Após a publicação de seu livro, Arnon foi convidado por Humberto Campos, um dos políticos derrotados que ele havia entrevistado e o maior cronista da época, para trabalhar nos Diários Associados, a cadeia de imprensa de Assis Chateaubriand. A partir daí Arnon de Mello tornou-se homem de confiança de Chateaubriand como afirmou Valmir Calheiros, jornalista de longa data da Organização Arnon de Mello e ex-redator chefe da Gazeta de Alagoas, em entrevista: “O Arnon com 19 anos, já era homem de confiança de Chateaubriand” (ZAIDAN, 2010, p. 234).

Valmir Calheiros também informou que foi por meio da influência de Arnon de Mello que Assis Chateaubriand comprou o Jornal de Alagoas e fez dele mais um veículo de comunicação dos Diários Associados. Além disso, Arnon foi o primeiro diretor da Rádio Tupi, diretor do jornal Diário de Notícias do Rio Grande do Sul, além de ter sido diretor do Jornal de Alagoas, todos pertencentes à Assis Chateaubriand.

E foi por meio de um dos jornais da cadeia dos Diários Associados que Arnon de Mello publicou uma série de reportagens sobre a Revolução Constitucionalista, qual ele cobriu como correspondente de guerra, em 1932 após o estado de São Paulo se levantar contra o Governo de Getúlio Vargas. Os conflitos armados ocorreram principalmente na região conhecida como

---

<sup>3</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro> acesso em 4 de março de 2022

Vale do Paraíba, divisa entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O confronto durou quatro meses, de 9 de julho até 2 de outubro de 1932 quando as tropas paulistas se renderam.

Apesar de muito jovem (Arnon tinha 22 anos à época) já demonstrava muita expertise e destaque no seu trabalho como jornalista. Como repórter cobrindo o conflito, Arnon teve uma ideia que veio a multiplicar por quatro a tiragem do Jornal Diário da Noite. Ele pedia a cada soldado que encontrava para que escrevesse cinco linhas em mensagens para seus familiares, recolhia o montante dos papeizinhos com as mensagens e os enviava para a redação que os reproduzia e publicava nas edições dos jornais. Os bilhetes que continham mensagens mais emocionadas, dramáticas ou poéticas eram publicadas no jornal com uma ilustração acompanhando (MORAIS, 1994, p. 188). A partir disso, os familiares dos combatentes também passaram a enviar mensagens à redação e uma seção foi fixada no jornal com o nome de “Correio da Frente”, sendo esse a única forma de comunicação entre combatentes e seus familiares.

A série de reportagens sobre os confrontos virou o segundo livro publicado por Arnon de Mello, intitulado “São Paulo venceu!”. À época foi considerado um *best-seller* tendo cinco edições em poucos meses. O próprio Jornal Diário da Noite, na edição de 18 de junho de 1933, ao falar do sucesso do livro refere-se a Arnon como um “repórter moderno e vibrante” e que “consagrou a forma ligeira do jornalismo nas páginas duradouras de um livro”<sup>4</sup>.

Em seu livro, Arnon declarou ter sido totalmente favorável ao levante paulista. Classificou esse movimento como uma marcha do maior estado da federação “contra a opressão e anarquia para garantir as liberdades públicas e assegurar a ordem!”. E fala que São Paulo venceu porque “teve ao seu lado toda a nação contra uma ditadura, moralmente falida e sustentada apenas pela força” e que isso deu “novos rumos ao Brasil”.

Em 1933, Arnon finalizou seu curso de direito e, com isso foi nomeado advogado da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1934, entidade onde também ocupou o cargo de secretário do departamento jurídico. Em 1935, passou a ser secretário-geral da Liga do Comércio do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que trabalhava como jornalista nos Diários Associados. Inclusive, para a Liga do Comércio Arnon colocou em prática mais uma de suas ideias de comunicação, lançando uma revista chamada “Magazine Commercial” como órgão oficial dessa organização. Na matéria que anunciava o lançamento da revista no jornal Diário da Noite, para o qual Arnon também escrevia, ela foi descrita como uma “revista moderna,

---

<sup>4</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 18 jun. 1933.

cheia de informações variadas e de colaborações das maiores figuras dos nossos círculos econômicos, financeiros, políticos e literários”<sup>5</sup>. Na primeira edição da revista o destaque foi para um artigo escrito por Lindolfo Collor, antigo ministro do trabalho do Governo Provisório de Getúlio Vargas e que viria a se tornar sogro de Arnon de Mello em 1939, quando do casamento com Leda Collor.

Arnon de Mello, já como membro do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa, a ABI, e enviado especial do Diário da Noite, embarcou, em janeiro de 1935, para os Estados Unidos (e depois para a Inglaterra) com a delegação brasileira na chamada “missão econômica” chefiada pelo então Ministro da Fazenda do Brasil, Artur de Souza Costa. Nessa viagem Arnon além de escrever matérias sobre a sociedade estadunidense, entrevistou o embaixador brasileiro nos EUA, Oswaldo Aranha, e também chegou a entrevistar o secretário de Estado estadunidense, Cordell Hull.

Arnon já era um jornalista respeitado e com prestígio no cenário da imprensa brasileira no decorrer do ano de 1935. Pela sua proximidade com Assis Chateaubriand e influência, Arnon sugeriu que o magnata da comunicação comprasse o Jornal de Alagoas e o fizesse parte da cadeia de jornais dos Diários Associados. O Jornal de Alagoas era o mais antigo do estado e o maior em circulação. Sua data de fundação remontava a 1908 e seu fundador foi o jornalista pernambucano Luís Magalhães Silveira (que viria também a ser o fundador da Gazeta de Alagoas). Chateaubriand aceitou a sugestão do amigo e acabou comprando o Jornal de Alagoas e o incorporando a sua cadeia de veículos de comunicação em 8 de julho de 1936.

No dia 3 de agosto de 1936, no Jockey Clube do Rio de Janeiro, os diretores e acionistas do Jornal de Alagoas ofereceram um almoço em homenagem a Assis Chateaubriand. Entre os presentes estavam o secretário da fazenda do estado de Alagoas e presidente do Jornal de Alagoas, José Castro Azevedo; o prefeito de Maceió e também diretor do jornal, Álvaro Guedes Nogueira e também Arnon de Mello. Estavam presentes também a bancada de deputados federais por Alagoas e empresários de diversos ramos. Além de saudarem Chateaubriand o almoço brindou com honrarias o então governador de Alagoas, Osman Loureiro.

No início de 1937, mais precisamente na edição do dia 2 de março desse ano, Arnon publicou uma entrevista que realizou com Getúlio Vargas no Diário da Noite. Vargas, então presidente do Brasil, eleito por votação indireta realizada na Assembleia Constituinte de 1934, afirmou na entrevista que nas eleições que estavam se aproximando ele preferiria que duas candidaturas disputassem o pleito em benefício da democracia:

---

<sup>5</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 28 dez. 1935.

Mas devo dizer, para ser franco, que preferiria que houvesse dois (candidatos). Temos uma boa lei eleitoral e, se a possuímos, por que não experimentá-la nesta oportunidade? É o exercício da democracia que fortalece o regime. (VARGAS, Getúlio. DIÁRIO DA NOITE, 02/03/1937).

Em 1937, Arnon de Mello teve sua primeira atuação direta no campo político ao participar da campanha eleitoral de Armando de Sales Oliveira à presidência da República nas eleições que estavam previstas para 1938. Sales de Oliveira era um dos sócios proprietários do jornal O Estado de S. Paulo e, como seu jornal, apoiou a revolução de 1930. Já em campanha, Arnon falou à Rádio Tupi, em 1 de setembro de 1937, como parte da propaganda eleitoral de Sales à presidência. Nessa ocasião, Arnon já era diretor do Jornal de Alagoas e membro do diretório estadual do União Democrática Brasileira (UDB) em Alagoas, partido criado em junho de 1937.

## **2.2. O ESTADO NOVO: CENSURA PARA A OPOSIÇÃO E VIAGEM PARA OS ALIADOS (1937 – 1942)**

As eleições presidenciais de 1938 não foram realizadas, pois no dia 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas instaura o Estado Novo, regime ditatorial que durou até 1945. Nelson Werneck Sodré (1963) sugere que entre 1930 e 1937 período no qual Vargas esteve no poder, o governo atravessava uma fase preparatória no qual a partir dos acontecimentos se verificava a composição das forças presentes. Governos esses que já eram marcados pela força e autoridade do Executivo, mas é com o Estado Novo que se caracteriza devidamente o que foi a “a época de Vargas”, segundo Sodré.

As novas relações de produção, particularmente face ao quadro internacional em que o fascismo estava ascendendo violentamente, temiam de qualquer forma a participação da classe operária na atividade política e prefeririam compactuar com o fascismo indígena, que lhes prometia o atendimento de reivindicações mínimas. O isolamento das forças democráticas era o sinal mais significativo. E foi isso que permitiu o golpe de 1937, recebido sem aplausos e sem resistências. (SODRÉ, 1963, p. 330).

O historiador Edgard Carone (1976, p.115) afirma que as relações entre o Estado Novo e as classes dirigentes no Brasil eram estreitas e cordiais. A oligarquia agrária e a burguesia urbana mantiveram seus contatos contínuos com Getúlio Vargas e seus representantes “numa recíproca troca de favores”. Já nos estados brasileiros, a maioria dos Governadores, representantes de grupos oligárquicos e partidos tradicionais da burguesia, aderiram ao golpe e passaram a serem interventores. Mesmo com a extinção de todos os partidos políticos e o fechamento do Congresso Nacional, são essas oligarquias que foram parte do governo e representaram a força social básica da ditadura do Estado Novo.

Com seu caráter autoritário e centralizador, a Ditadura do Estado Novo colocou os trabalhadores e suas organizações de classe como os principais objetos de atenção, vigilância e repressão pelo estado. A Constituição de 1937 aprofundou o cerco à organização sindical dos trabalhadores e ao longo da ditadura do Estado Novo vários decretos-leis publicados são relativos a ceifar a organização sindical, Constituição essa também que é conhecida por seu conteúdo fascista.

Segundo um levantamento feito na época, a Carta é toda ela, com pequeníssimas exceções, baseada em Constituições estrangeiras, de países onde imperam preferentemente regimes de força: Polônia, Alemanha, Itália, Portugal, Lituânia e Áustria. O estudo detalhado de cada uma das influências mostra-nos que as incorporações estrangeiras não são as de caráter coercitivo, mas todo o seu conteúdo social e institucional se baseia na possibilidade de limitar a noção de liberdade e a introduzir experiências fascistas. (CARONE, 1976, p.156).

E foi a Constituição de 1937, em seu artigo 122, que tratava dos direitos e garantias individuais que determinava que a imprensa era uma “função de caráter público”<sup>6</sup> e que nenhum jornal poderia recusar a “inserção de comunicados do Governo”<sup>7</sup>. Foi estabelecida a censura prévia à imprensa, teatro, cinema e radiodifusão. Em 27 de dezembro de 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado ao Presidente da República e tinha como função centralizar a censura aos meios de comunicação de massa e também difundir a imagem do Estado Novo.

O controle dos meios de comunicações particular – rádio e jornais – não se faz automática com o golpe de Estado. Apesar de não poder se manifestar contra – Exército, Polícia e grande parte das classes dirigentes aderem ao golpe –, há sinais de insatisfação, algumas delas vencidas através de acordos – o Estado Novo subsidia jornais ou concede favores em papel –, outros através da força – a ocupação do jornal O Estado de S. Paulo – mas algumas resistências persistem durante todo o regime”. (CARONE, 1976, p.170).

Nelson Werneck Sodré (1966, p.439) considera o DIP uma das duas principais organizações do Estado Novo. O DIP era chefiado por Lourival Fontes e seguia o modelo fascistização. Foi encarregado de executar todas as medidas de repressão e sufocamento dos jornais, e passou a exigir o registro dos jornais e jornalistas no próprio DIP. Tania Regina de Luca (2008, p.172) informa que cerca de “30% não conseguiu obter a necessária autorização e deixou de circular”.

Nos dias mais agudos da ditadura, esse controle de imprensa destacava censores em cada jornal e nenhum original descia às oficinas sem o ‘visto’ do fiscal do governo. (...) Uma sala especial foi montada para o controle das estações de rádio. Cada estação tinha um censor responsável que acompanhava, nos seus

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) acesso em 4 de março de 2022

<sup>7</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm) acesso em 4 de março de 2022

três períodos de funcionamento, os vários programas, anotando o que de estranho se verificasse, transmitindo ao chefe do controle as irregularidades porventura apuradas” (NOBRE apud SODRÉ, 1966, p.439).

Esse contexto também afetou diretamente a atividade dos jornalistas, quando muitos deles foram presos por delitos de imprensa. Além disso, o DIP distribuía verbas a jornais e emissoras que aderissem ao golpe. Segundo Freitas Nobre (apud Sodré) alguns jornais enriqueceram e jornalistas se corromperam nesse período. Entre os grandes magnatas da comunicação à época, Assis Chateaubriand aderiu ao golpe do Estado Novo com “com impressionante rapidez e fidelidade nunca vista” (MORAIS, 1994, p. 235) e em seus artigos escrevia grandes elogios à ditadura e à figura de Getúlio Vargas.

Dos artigos de Chateaubriand emanava tamanha e tão convicta louvação das virtudes da ditadura recém-implantada que o governo decidiu que a oficial Agência Nacional passaria a distribuí-los em seu serviço gratuito despachado diariamente para jornais de todo o país. Além de sair em todos os Diários Associados, os elogios do jornalista ao novo regime ganhavam as páginas de centenas e centenas de outros jornais. (MORAIS, Fernando. 1994, p.236).

A troca de favores entre Assis Chateaubriand e a ditadura chegou a tanto, que o magnata deu ordem para que as duas rádios Tupi, do qual era proprietário, fizessem um programa semanal de doutrinação da população transmitindo os princípios do Estado Novo, no qual o conteúdo ficaria a cargo do palestrante indicado pelo governo (MORAIS, p.236).

Nesse período Arnon de Mello continuou seu trabalho nos Diários Associados, sendo inclusive um dos diretores e homem de confiança de Chateaubriand. No ano de 1939, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, um representante da Associação Brasileira de Imprensa, ABI, foi convidado para fazer parte da comitiva do general do exército e presidente de Portugal, Óscar Carmona, que fazia visita aos países africanos colonizados e que ainda eram colônias de Portugal na África. O país nesse contexto também estava sob o Estado Novo português, ditadura que duraria 41 anos e que só seria deposta em 1974 pela Revolução dos Cravos.

Para a viagem nessa comitiva à África, o jornalista brasileiro indicado pela ABI foi Arnon de Mello. A viagem teve início no dia 17 de junho de 1933 e durou cerca de três meses. Antes de embarcar para Portugal, Arnon de Mello recebeu de seus amigos um jantar em sua homenagem. Jantar este que foi noticiado no Jornal Diário da Noite<sup>8</sup>, edição do dia 30 de maio de 1939, que destacou o prestígio que Arnon exercia na imprensa brasileira e também os nomes

---

<sup>8</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 30 mai. 1939.

dos presentes que foram prestigiar o jornalista. Entre eles estavam, os também alagoanos, Aurélio Buarque de Holanda, José Lins do Rego, Herbert Moses, Assis Chateaubriand, entre outros nomes da imprensa, política e literatura.

“Minha emoção origina-se sobretudo do fato de eu ir por delegação da minha classe representar lá fora o Brasil<sup>9</sup>”, são essas as palavras de Arnon de Mello sobre ter sido o jornalista brasileiro escolhido para representar o país na comitiva portuguesa. Foi um sentimento de patriotismo que arrebatou o jornalista e o que o fez lembrar inclusive de sua infância:

Os hinos cantados nas minhas escolas de criança às calorosas lições de história da pátria, as aulas de educação cívica, os livros de exaltação nacional, tudo isso ressoa agora no meu íntimo, como uma música longínqua que nos marcou, conduzindo-me a um estado de espírito novo para mim. (MELLO, Arnon. **DIÁRIO DA NOITE**, 7 jun. 1939).

Arnon embarcou rumo à Portugal no dia 30 de maio, a bordo do navio inglês “Highland Princess”, porém antes de sua partida o jornalista foi se despedir do Presidente Getúlio Vargas e dele recolheu mensagens para levar ao presidente de Portugal. Getúlio falou sobre as identificações das ditaduras que ocorriam em ambos os países e que o Brasil e Portugal constituíam uma só família:

Nunca as relações de amizade entre Portugal e o Brasil estiveram mais firmes. Além da identidade dos regimes, há a considerar a cordialidade com que se tratam os dois governos. (...) O convite agora feito a ABI para que um representante da imprensa brasileira integre a comitiva do presidente Carmona na sua viagem à África é mais uma bela demonstração de que Portugal e o Brasil constituem uma só família. (VARGAS, Getúlio. **DIÁRIO DA NOITE**, 7 jun. 1939).

Ao desembarcar em Lisboa, capital de Portugal, Arnon foi recebido pelo embaixador do Brasil no país na sede da embaixada brasileira. Além do embaixador, Arnon recebeu os cumprimentos de Gastão Bittencourt, representante dos Diários Associados em Portugal e que repassou os cumprimentos em nome do Secretariado da Propaganda Nacional, órgão responsável pela censura e pelo papel de divulgação do ideário da ditadura portuguesa. Arnon também teve um jantar com o General Carmona, presidente de Portugal.

No jornal Diário da Noite do dia 12 de julho de 1939, foi publicada uma matéria<sup>10</sup> com as impressões de Arnon sobre o povo e as terras portuguesas. Arnon observou que durante seu

---

<sup>9</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 7 jun. 1939

<sup>10</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 12 jul. 1939.

tempo em Lisboa não havia visto uma pessoa negra sequer, e ainda falou sobre a censura que os jornais sofriam da ditadura. Porém a abordagem de Arnon sobre esse fato foi mais numa perspectiva de informação do que uma crítica à censura imposta pela ditadura aos jornais, afinal no Brasil se passava a mesma situação com a censura estabelecida pelo Estado Novo de Vargas e os Diários Associados, do qual era diretor, não fazia oposição ao governo e sim abriu suas portas para ser um propagandista dos ideais da ditadura varguista. Arnon inclusive chegou a escrever matérias para a Agência Nacional, agência de notícias da ditadura do Estado Novo. Aqui encontramos um processo de naturalização da censura, de como inclusive o DIP atuava e patrulhava a imprensa brasileira, pois na medida em que Arnon informa que em Portugal se procede de tal forma, igual ocorreu no Brasil, ele deixa claro que este tipo de censura é normal.

Mesmo que tivesse construído uma oposição a Vargas nas eleições que estavam marcadas para o ano de 1938, Arnon não fez críticas ao Golpe do Estado Novo e construiu uma relação direta com o presidente a partir da sua atividade como repórter. Após seu encontro com o general presidente de Portugal, Arnon escreveu para Getúlio Vargas uma carta que informava ao presidente do Brasil as considerações enviadas pelo presidente de Portugal, mas além disso escrevia à Vargas em agradecimento e imprimia a ele a “mais elevada consideração e distinto apreço”<sup>11</sup>.

Já em terras do continente africano, Arnon demonstrou ser um admirador da colonização portuguesa. Afirmou estar feliz em testemunhar, em Moçambique, o entusiasmo do povo moçambicano em receber o general Carmona e afirmou que isso era uma demonstração de patriotismo daquele povo. Para ele, a colonização portuguesa “continua no primeiro plano das nações colonizadoras” e que o “Brasil foi colonizado por Portugal e hoje ainda é um exemplo da capacidade dos portugueses nesse ponto de vista”<sup>12</sup>.

Em Cabo Verde, outro país do continente africano colonizado por Portugal, Arnon escreveu que mesmo que naquele país a quantidade de pessoas brancas fosse reduzida Portugal manteve “sua civilização, adaptando-a às condições da ilha e à civilização da raça que tanto tem contribuído para a sua formação e progresso”<sup>13</sup>. Ao visitar outra ilha de Cabo Verde,

---

<sup>11</sup> Carta de Arnon de Melo a Getúlio Vargas relatando seu encontro com o presidente de Portugal, Gal. Carmona. A bordo do Vapor Colonial (Vol. XXXII/2). Acesso: <https://www.docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/11521> acesso em 4 de março de 2022

<sup>12</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 10 ago. 1939.

<sup>13</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 4 set. 1939.

Santiago, Arnon falou sobre como aquele lugar o fez lembrar da sua infância pois o nordeste brasileiro é “tão cheio de influência africana”. Quando a comitiva retornou ao território de Moçambique, Arnon escreveu que o “preto” de Moçambique era “excelente” pois com todos os festejos acontecendo pela visita da comitiva do general Carmona “não se registrou um único roubo, um conflito, nenhuma prisão por desobediência ou embriaguez”<sup>14</sup>.

Em seus relatos sobre a visita aos países do continente africano Arnon sempre imprimia um ideário racista e marginalizante sobre as pessoas negras. A colonização portuguesa que ele afirmou ser admirador foi a responsável pela implementação do tráfico de pessoas negras para servir de escravos nos territórios que Portugal começou a explorar e colonizar, como a Costa da África e as Américas. Além de toda violência e escravização contra os povos originários desses territórios, como os povos indígenas. Esse ideário racista nas falas de Arnon é mais uma herança da colonização portuguesa e que vigora ainda nos dias de hoje, no século XXI ano de 2022. Mesmo tendo esta visão sobre os povos africanos, Arnon vai ser bastante prestigiado pelo livro que vai lançar sobre essa experiência no território africano tanto que seu livro servirá como referência antropológica no tempo em que foi lançado.

Ao fim dos três meses de viagem na comitiva, Arnon concedeu uma entrevista ao jornalista Gastão Bittencourt, que além de ter sido publicada na edição do dia 16 de novembro de 1939 no Diário da Noite foi também lida no rádio na Emissora Nacional, órgão de propaganda do Estado Novo português. Gastão Bittencourt não poupou elogios ao colega jornalista e o caracterizou como “um dos mais brilhantes” jornalistas brasileiros. Na entrevista Arnon expressou seu amor por Portugal: “sinto-me com maior amor pela grande nação que nos descobriu e colonizou, se é possível a um brasileiro ama-la ainda mais”<sup>15</sup> e não poupou elogios ao ditador português, Óscar Carmona:

Através do calor, da vibração com que as colônias receberam o presidente, sentia-lhes não somente o profundo amor à Pátria Mãe, mas ainda a gratidão pela visita, tida como uma grande prova de apreço daqueles que dirigem os destinos de Portugal e a sua preocupação de o engrandecerem. O sucesso do venerado presidente Carmona foi incomparável. A sua fidalguia, a sua sedução pessoal, o conjunto das suas qualidades o impuseram perante todos, sem distinção de raças nem de classes. Senti no preto como no branco, no pobre como no rico, o mesmo entusiasmo pela sua pessoa ilustre. (MELLO, Arnon. **DIÁRIO DA NOITE**, 16 nov. 1939).

<sup>14</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 22 set. 1939.

<sup>15</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 16 nov. 1939.

Dessa viagem Arnon de Mello publicou, em 1940, seu terceiro livro, intitulado “África”<sup>16</sup> que reuniu suas impressões sobre o que viu nos países que conheceu nesse continente. Por essa obra, Arnon foi empossado como membro da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia, evento este que foi noticiado no jornal O Globo na edição de 13 de novembro de 1941.

Neste meio tempo, antes que retornasse ao Brasil, Arnon se casou com Leda Collor, em Portugal, com a festa do casamento ocorrendo na embaixada brasileira daquele país em dezembro de 1939. Com Leda Collor teve seus cinco filhos, entre eles Fernando Collor de Mello que viria a ser prefeito biônico de Maceió em 1979, governador de Alagoas em 1986 e eleito presidente do Brasil em 1989.

Leda era filha de Lindolfo Collor, que inclusive tinha sido preso pela polícia do Estado Novo, em 1938, acusado de conspirar contra a ditadura. No mesmo ano acabou por receber ordem do governo para se exilar e percorreu alguns países da Europa antes de firmar exílio em Portugal. Arnon de Mello e Lindolfo Collor já tinham uma relação de amizade desde o início dos anos 1930. Há documentação que relata a troca de cartas entre os dois a partir de 1933, nas quais discutiam a situação política do país na época. Lindolfo Collor veio a falecer aos 51 anos de idade, em 21 de setembro de 1942, no Rio de Janeiro, por conta de uma pneumonia com infecção cardíaca. O jornal O Globo destacou a notícia de sua morte na edição do de 22 de setembro com a matéria intitulada: “Perde o Brasil um de seus mais vigorosos estadistas”<sup>17</sup>.

Nos anos de 1940, já de volta ao Brasil, Arnon retorna às suas funções como advogado da Liga do Comércio do Rio de Janeiro, diretor dos Diários Associados, além de jornalista, incorporou mais uma atividade profissional e entrou para o ramo imobiliário. Fundou a Imobiliária Norte-Sul Brasil e em agosto de 1940 já era possível ver os anúncios de sua empresa nas páginas do jornal Diário Carioca<sup>18</sup>. O endereço da empresa destacado no jornal é a Rua México número 98, mesmo endereço que viria a ser a sede da empresa São Marcos Comércio e Indústria de Construção S/A no qual Arnon foi um dos sócios juntamente com Roberto Marinho, empresa essa que chegou a ter capital de 675 milhões de cruzeiros na década de 1960 (na conversão para a cotação de hoje do real seria algo em torno de R\$ 245 mil). Outro sócio

---

<sup>16</sup> MELLO, Arnon de. *África: Viagem ao Império Portuguez e à União Sul-Africana*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

<sup>17</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 22 set. 1942.

<sup>18</sup> DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 6 ago. 1940.

da empresa foi o banqueiro Walther Moreira Salles. Roberto Marinho foi o proprietário do jornal “O Globo” e construiu um conglomerado de comunicação ao longo da vida, chegando a ser uma das maiores redes de comunicação do mundo.

A sociedade entre os dois não se encerraria no ramo imobiliário, mas foi nesse campo a primeira parceria que gerou muitos lucros para ambos. Fernando Moraes (1994, p.188) diz ter sido este fato, inclusive, o motivo do enriquecimento de Arnon de Mello. A sociedade dos dois amigos foi responsável pela incorporação do primeiro shopping center do Rio de Janeiro, com inauguração em 1961 (BUCCI, Eugênio. 2021, p. 105). E foi também responsável pela compra do “Parque Lage”, no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. A propriedade foi adquirida com a intenção de construir a sede da nova emissora do grupo Globo, a Rede Globo de Televisão. Foi comprada ao Banco do Brasil, que se tornou proprietário da área a partir da entrega do imóvel em forma de quitação de dívidas com o banco dos antigos proprietários, mas após a transação imobiliária ter sido efetuada foi anulada por ser uma área que havia sido tombada anos antes pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (HERZ, Daniel. 1987, p.96).

Arnon e Roberto Marinho tentaram eliminar os entraves para construir dentro do território do parque, oferecendo ao que na época era o Estado da Guanabara uma parte do território do parque e o restante construiriam blocos residenciais e de comércio. O estado da Guanabara não aceitou a proposta e o governador Carlos Lacerda, que havia rompido politicamente com Roberto Marinho, decretou novo tombamento da área (BUCCI, Eugênio. 2021, p. 109). Hoje o Parque Lage é um parque público e ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro.

Os frutos do ramo imobiliário foram tão prósperos que em 1942 Arnon de Mello pediu para sair dos cargos que ocupava nos Diários Associados. O jornalista afirmou que sua saída se deu pela “desaparecida liberdade de imprensa”<sup>19</sup> imposta pela ditadura do Estado Novo, mas já é de conhecimento que os Diários Associados foi um dos principais jornais a aderirem à ditadura que foi iniciada em 1937. Nesse meio tempo Arnon estabelece uma relação diplomática com Getúlio Vargas, presidente do Brasil no Estado Novo.

Sobre este episódio, Fernando Moraes (1994, p.258) vai afirmar que Arnon pediu demissão dos Diários Associados após a demissão de Dario de Almeida Magalhães, seu amigo,

---

<sup>19</sup> : MELLO, Arnon de. **Arnon de Mello: O homem que libertou, pacificou e engrandeceu Alagoas**. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América LTDA, S/D.

também diretor dos Diários Associados e homem de confiança de Assis Chateaubriand. Dário Magalhães era o principal colaborador dos Diários Associados, figura que cuidava inclusive das finanças dos jornais, mas passou a ser um inimigo declarado do Estado Novo e acabou sendo demitido por Assis Chateaubriand a pedido de Getúlio Vargas. Nesse momento a própria ditadura do Estado Novo já estava em crise.

Ao saber da demissão do amigo, Arnon de Mello escreveu à Chateaubriand seu pedido de demissão:

Embora fosse igualmente amigo de ambos, quando Arnon de Mello soube da demissão enviou ao dono dos Associados uma carta elegante e amistosa, na qual anunciava que pedia demissão das empresas "por não estar de acordo com a maneira como foi tratado um amigo tão fiel de tantos anos". Austregésilo de Athayde foi o escolhido para ser o portador da carta. Ao entrar na sala de Chateaubriand com o envelope na mão e comentar por alto o conteúdo dele, viu o patrão se enfurecer:

- Ah, então quer dizer que o Arnon está contra mim e do lado desse filho da puta? Pois me dê isso aqui!

Pegou o envelope com a ponta dos dedos, como se levasse alguma coisa podre, caminhou até a privada, jogou o envelope lá dentro, sem sequer abri-lo, e apertou a descarga. (MORAIS, Fernando. 1994. P, 258).

E assim foi à saída de Arnon de Mello dos Diários Associados. Nesse contexto Arnon já tinha se estabelecido com sucesso no mercado imobiliário e o ano de 1942 é o início do desgaste que vem a culminar no fim do Estado Novo. Arnon não era uma figura distante do cenário político brasileiro, poderia ter analisado a conjuntura do momento e nisso a saída do principal jornal de apoio ao estado novo varguista. Tanto que é a partir da saída dos Diários Associados que Arnon vai adentrar mais concretamente no campo da política. Arnon como um conhecedor do poder da comunicação irá lançar, após ser eleito governador de Alagoas, um quadrinho sobre sua trajetória de vida numa narrativa típica da "Jornada do Herói". Inclusive, podemos ressaltar que a utilização dos quadrinhos é mais uma de suas ligações com Roberto Marinho, a principal figura do mercado editorial brasileiro que investiu e fez fortuna com a publicação de quadrinhos estadunidenses e popularizou esse formato de história nos anos 50 e 60. No quadrinho, quando vai abordar o contexto do Estado Novo, Arnon fala que parou de atuar como repórter ainda em 1937 e afirmar isso culpando a censura imposta pela ditadura, mas como já abordamos aqui isso não aconteceu de fato. Efetivamente, o que percebemos é a utilização de um meio de comunicação bastante inovador para circulação popular e construção de uma memória coletiva que não apenas ressignificasse um período recente da história de Arnon de Melo, mas que o lançasse para uma nova forma de atuação política; a partir de sua

filiação e candidatura, e início da trajetória política no sentido estrito do termo, como veremos adiante.

Após sua saída dos Diários Associados, Arnon continuou a escrever para outros jornais. Além disso, foi eleito na chapa encabeçada pelo historiador e ensaísta Sérgio Buarque de Holanda para a Associação Brasileira de Escritores em 1945.

### **2.3. A CRISE DO ESTADO NOVO, SEU FIM E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL (1942 -1945)**

No início do ano de 1942 foram assinados dois acordos entre Brasil e Estados Unidos, conhecidos como Acordos de Washington, que tinham como objetivo o fornecimento de matérias-primas brasileiras às indústrias estadunidenses. Após a assinatura desse acordo, a Alemanha nazista lançou torpedos na costa marítima brasileira entre julho e agosto de 1942 afundando oito navios brasileiros.

Isso gerou uma série de manifestações da população brasileira que exigia que a ditadura do Estado Novo e Getúlio Vargas declarassem guerra aos nazistas da Alemanha. Mas as manifestações não atacavam só os alemães nazistas, mas também a figura de Vargas e o pedido de redemocratização. As manifestações ocorreram em diversos estados brasileiros como Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Em agosto de 1942 o Brasil declarou guerra ao Eixo, aliança formada por Alemanha, Itália e Japão.

A imensa multidão que percorre as ruas de todas as grandes cidades brasileiras, exigindo declaração de guerra ao Eixo, é fator que o governo não pode desconhecer. O apoio à medida vem de médicos, de advogados, de engenheiros, de militares e da classe produtora. Nunca o Rio e São Paulo viram concentração igual à destes dias. Diante da pressão interna, que se alia às demonstrações externas a favor da entrada do Brasil na guerra, Getúlio Vargas declara, a 22 de agosto de 1942, o Estado de Beligerância e, em 31 deste mês, o Estado de Guerra. No primeiro, diz o Ministério: “diante da comprovação dos atos de guerra contra nossa soberania, foi reconhecida a situação de beligerância entre Brasil e as nações agressoras – a Alemanha e a Itália”; no segundo, “é declarado o estado de guerra em todo território nacional”. (CARONE, Edgard. 1976, p. 297).

No entanto, houve reação às manifestações democráticas que a partir da declaração de guerra ao Eixo passaram a ser cada vez mais violentas. Carone (1976) explica que é nesse período que se estabelece a ruptura da “antiga hegemonia das forças autoritárias”, que dominam até 1942 e a partir daí a guinada é a favor das forças democráticas. Os protagonistas desse movimento foram os estudantes que já representados na União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1938, tinham legalidade para se manifestarem. Enquanto muitos comunistas ainda

estavam exilados e outros presos, e os que estavam em situação distinta dessas atuavam na clandestinidade.

Em outubro de 1943 foi lançado o Manifesto dos Mineiros, por intelectuais e juristas de Minas Gerais que pediam o restabelecimento da democracia e por “eleições, habeas-corpus e garantias constitucionais”. Em novembro do mesmo ano, Hélio Mota, presidente da UNE, pediu publicamente a saída de Vargas e acabou sendo preso. Após sua prisão estudantes organizaram uma passeata na qual caminharam de braços dados e com lenços na boca, simbolizando a censura. A manifestação estava sendo aguardada por carros blindados e pela polícia armada. Com a repressão violenta, duas pessoas foram mortas e 25 ficaram feridas, entre estudantes e populares (CARONE, 1976, p. 310).

Outro fato importante para o fim do Estado Novo é relativo às sucessivas crises internas das forças de apoio da ditadura, como no caso do Exército:

Góes Monteiro e Eurico G. Dutra, o primeiro como chefe do Estado-Maior e o segundo como Ministro da Guerra, personificam o bloco de apoio à corrente governista. Entre 1943 e começo de 1944, Góes Monteiro afasta-se gradualmente do governo, é nomeado no começo deste ano para o Comitê de Emergência e Defesa Política da América, em Montevidéu, e lá sofre influência de oficiais americanos, além de seguir a evolução dos golpes militares na Argentina e no Uruguai, o primeiro deles levando ao poder o Coronel Juan Perón. Oportunista e vivo, compreende e percebe os sinais de mudança interna no Brasil e, ao contrário de Dutra, que continua fiel às suas ideias e a Getúlio Vargas, Góes Monteiro vai abandonar sua antiga posição. (CARONE, Edgard. 1976, p.312).

A base social de apoio a ditadura do Estado Novo estava em processo de ruptura com a cisão de ala militar a partir da posição de Góes Monteiro que tem repercussão no meio civil. Este movimento faz parte de uma disputa interna dentro do Exército para aglutinar uma corrente oposicionista contra a corrente pró-Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Em 1944 vai surgir cada vez mais composições no campo das representações políticas das fracções regionais das classes dominantes em oposição à ditadura. No campo militar, outras figuras também já estavam construindo oposição à Vargas, a se destacar o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, escolhido como nome para disputar as eleições e apoiado pelas classes oligárquicas-burguesas na tentativa de se preservarem como classe hegemônica. Eduardo Gomes foi um nome escolhido por ter em seu passado a luta no movimento tenentista e também por ser um católico praticante e, portanto, ser protegido dos caminhos “vermelhos” e revolucionários e justamente por isso sua figura tinha simpatia dos estadunidenses.

Com o fim da Guerra, um conjunto de fatores internos e externos vão fazer com que o governo não consiga mais contornar a situação de crise e desgaste da ditadura. Vargas passa a ceder às demandas pela redemocratização do país e em fevereiro de 1945 edita o Ato Adicional nº 9, que estipulava que dentro de 90 dias seria definida uma data para as eleições no país. Posteriormente, esta data foi remarcada para o dia 2 de dezembro de 1945. Outras medidas foram tomadas, como o decreto de anistia, em abril de 1945, e também o processo de constituição dos partidos políticos.

No mesmo mês de abril, duas candidaturas já eram públicas. A oposicionista, de Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN), partido fundado em 7 de abril de 1945. E a situacionista, a de Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD) fundado em julho de 1945. Ambas tinham como principais apoiadores classes oligárquicas-burguesas nos Estados brasileiros, mas a candidatura de Eduardo Gomes também teve adesão de forças mais às esquerdas, de tendência reformista, sem a adesão do Partido Comunista do Brasil (PCB). Na análise de Edgar Carone, o cenário era o seguinte:

Entretanto, ao mesmo tempo em que as partes se definem, e os grupos oligárquicos dos Estados tomam partido, ou alguns deles ainda procuram acordos, existe uma corrente que insiste para que os dois candidatos se congridem, porque nem a candidatura de Dutra parece firmada, nem os comunistas apoiam qualquer uma das duas candidaturas, nem a maior parte da população urbana vê com bons olhos as candidaturas militares, e começam a circular boatos de que Getúlio Vargas é o possível candidato ao seu próprio cargo (este conjunto de fatos se dão em abril de 1945). (CARONE, Edgard. 1976, p.323).

Nesse contexto, Arnon de Mello vai participar da comissão provisória da Esquerda Democrática (ED), em junho de 1945. A Esquerda Democrática foi um movimento de intelectuais e políticos, de tendência predominante do “socialismo amarelo” (movimento nascido na França em 1902 e tem esse nome para diferenciar dos “socialistas vermelhos”, os marxistas e internacionalistas), que se reuniram para consolidar a oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas e que em junho de 1945 apresenta moção de apoio à candidatura de Eduardo Gomes à presidência do Brasil. Esse documento foi inclusive assinado por Arnon de Mello<sup>20</sup>. Importante pontuarmos que no interior da ED tinham membros de diversas tendências do campo político, como socialistas democráticos, os herdeiros das tradições do tenentismo e

---

<sup>20</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/esquerda-democratica> acesso em 4 de março de 2022

esquerdistas liberais. Tanto que nas eleições para eleger os Deputados Federais constituintes, a ED saiu em chapa conjunta com a UDN, com a sigla UDN-ED<sup>21</sup>.

No mesmo ano de 1945, a partir de março, foram contabilizadas diversas manifestações em apoio a Vargas nas quais se pediam “Constituinte com Getúlio”, e a sua popularidade cresceu no Brasil. Vargas passou a realizar comícios em todo país como se fosse de fato candidato à presidência e foi iniciado o movimento “queremista” analogia ao “Queremos Getúlio” e em oposição aos dois nomes que concorriam as eleições. Como Vargas tinha alta popularidade junto às massas de trabalhadores, em outubro a polícia do Rio de Janeiro proibiu a realização de manifestações de rua que fossem contrárias ao quadro eleitoral existente. Esse foi um pedido feito pela hierarquia militar e tinha como alvo o movimento “queremista”.

Diante desse cenário, Vargas utilizou ainda de seu poder para substituir o Chefe da Polícia por alguém de sua confiança. Este fato foi a justificativa utilizada para que se comprovasse a intenção de Getúlio Vargas boicotar as eleições e permanecer no poder. No dia 29 de outubro de 1945, o Ministro da Guerra, Góes Monteiro, com a aprovação dos dois candidatos outros à Presidência da República, acionou seu dispositivo militar e depôs Vargas e encerrando a ditadura do Estado Novo. A presidência do país foi passada provisoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, e nas eleições presidenciais o vencedor foi o general Eurico Gaspar Dutra. O PCB, já legalizado, também havia disputado as eleições com o candidato Yedo Fiúza. Nas eleições de 2 de outubro também ocorreu votação para os governadores dos estados, para as câmeras legislativas e câmara federal, inaugurando-se um novo quadro para a democracia burguesa a partir deste período.

A eleição da figura de Dutra não muda seu caráter autoritário que atuou dentro da Ditadura do Estado Novo, seu governo foi marcado pelas medidas repressivas contra a reorganização sindical dos trabalhadores, proibição de eleições sindicais, voltou a colocar o PCB na ilegalidade e cassou mandatos dos seus representantes eleitos, como o de Luís Carlos Prestes, figura histórica do movimento comunista mundial, que foi eleito como o senador da república com o maior número de votos.

O golpe e a queda de Getúlio Vargas representam luta entre duas facções das classes dirigentes, cada uma delas tentando alianças e conchavos para permanecer ou conquistar o poder. Só que as alas vencedoras, a de Eduardo Gomes e as da UDN, que neste momento se conchavam com Dutra e os do PSD, representam uns e outros, civis e militares, os grupos mais reacionários e

---

<sup>21</sup> <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/esquerda-democratica> acesso em 4 de março de 2022

anticomunistas, os grupos mais entreguistas e desnacionalizadores, que vão tomar conta do poder e destruir, um a um, grande parte das conquistas econômicas e sociais estruturadas nos 15 anos anteriores. O que se pretende é, novamente, a formulação de governos elitistas, onde a palavra democracia seja privilégio de uma minoria, como no passado. É por isto que, logo após, em 1947, põe-se o PCB na ilegalidade, como sempre estivera desde 1922. Mesmo assim, a situação externa, aliada ao elã e à força das classes médias e operárias, obrigam as oligarquias a recuarem no seu propósito, o que leva o país a viver um dos seus grandes períodos de expansão social e democrática. (CARONE, Edgard. 1976, p.349).

As eleições de dezembro de 1945 também elegeram Deputados Federais constituintes, ou seja, deputados que tinham como tarefa construir a nova constituição brasileira. Arnon de Mello foi candidato a deputado, pela coligação da UDN, mas acabou conseguindo somente uma suplência. Sua primeira vitória em um pleito eleitoral virá nos anos de 1950, quando irá vencer tanto para Deputado Federal quanto para governador de Alagoas, fato que discutiremos no próximo capítulo.

### **3. A CHEGADA AO PODER PÚBLICO: A ATUAÇÃO DE ARNON DE MELLO COMO GOVERNADOR DE ALAGOAS E SENADOR DA RÉPÚBLICA (1950 -1964)**

Neste capítulo iremos abordar o contexto de disputa política em Alagoas e as grupos oligárquicos que se alternavam no poder no Estado de Alagoas. Com isso falaremos em que contexto Arnon de Mello foi eleito governador (1950) e como foi seu mandato no cargo que durou até 1955. Nesse período Arnon comprou e tornou-se o proprietário do Jornal Gazeta de Alagoas, seu veículo de comunicação que posteriormente iria se tornar um dos maiores conglomerados de mídia do Nordeste. Abordaremos também a eleição de Arnon de Mello para o cargo de Senador da República e sua atuação no senado, inclusive o episódio do assassinato do senador José Kairala.

#### **3.1. DIFERENTE, MAS IGUAL: AS DISPUTAS POLÍTICAS EM ALAGOAS NOS ANOS 1950 E O GOVERNO ARNON DE MELLO (1950-1955)**

A década de 1950 é iniciada em Alagoas com transformações, esse período é compreendido como o de passagem de uma sociedade “em vias de se inserir no esforço brasileiro de industrialização, com suas contradições e conflitos” (TENÓRIO, 2007, p.29). Mas não é somente no campo da economia que Alagoas estava em processo de mudanças. De fato, isso se deu em diversos âmbitos da vida social, política e cultural no estado, que passava por um processo de modernização conservadora. Descontada a ênfase otimista, Apratto Tenório assim caracteriza este momento:

Ao longo desse período, 50-55/60, é visível o aceleração das modificações que surgem no cenário alagoano, na sua economia, na política, na cultura nas relações sociais, na urbanização, nas estradas, nas comunicações, na educação, nas novas formas de lazer, com a manipulação da propaganda, nos modelos importados, nos aparelhos utilitários domésticos, na chamada vida moderna; enfim, na aceitação de uma visão de mundo. Modifica-se até o interior das pessoas. (TENÓRIO, 2007, p.29)

No campo das disputas políticas, dois blocos locais disputavam a hegemonia no estado. Eles são caracterizados por Cícero Péricles (p.296) como o bloco conservador e o bloco trabalhista. O bloco conservador era liderado pela União Democrática Nacional (UDN) contando em sua composição com os representantes do setor agroindustrial do açúcar e da pecuária e com segmentos da burguesia urbana. Já o bloco trabalhista, tinha como partido principal o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) juntamente com o Partido Social Progressista (PSP). Esse bloco possuía como composição os setores da classe média e o movimento sindical,

além de também setores tradicionais do interior do estado. Importante frisarmos que ambos os blocos tinham nas suas lideranças as origens oligárquicas alagoanas, não há uma liderança política popular mesmo que o segundo bloco seja caracterizado como trabalhista. Nesta caracterização de Cícero Péricles, fica de fora os comunistas que, embora, sendo uma pequena organização, após a segunda guerra passa a ter uma influência crescente na política nacional e regional, mesmo estando na ilegalidade<sup>22</sup>.

A família Góis Monteiro, do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, principal figura militar dos governos de Getúlio Vargas (Governo provisório e Estado Novo), chegará à década de 50 dividida entre esses dois blocos dominantes citados acima. Essa cisão da família Góis Monteiro já vinha dos anos de 1930, quando o sogro de Edgar de Góis Monteiro, Osman Loureiro, foi escolhido governador interventor em 1934 e ficou no cargo até 1940. Essa escolha não agradou o outro membro da família, Silvestre Péricles de Góis Monteiro, e seu grupo de apoiadores acabou investindo de forma violenta contra Osman Loureiro num tiroteio ocorrido no dia 7 de março de 1935<sup>23</sup> que acabou deixando seu irmão, Edgar, ferido a bala. A prisão de Silvestre Péricles foi decretada por Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que também era seu irmão, e que nesta ocasião ocupava o cargo de Ministro da Guerra. Silvestre foi solto rapidamente através de habeas-corpus.

Em 1941 outro Góis Monteiro foi escolhido interventor de Alagoas, Ismar de Góis Monteiro, que era o mais novo deles. A escolha de Ismar se deu por estar longe dos acontecimentos violentos protagonizados por seus familiares e também por ter bom relacionamento com ambos os lados (TENÓRIO, p.103). Silvestre Péricles, o irmão que comandava a oposição desde a década de 30, chegou ao Governo de Alagoas somente em 1947 com o fim do Estado Novo e através de eleições diretas, sendo eleito na sigla do PSD.

O Governo de Silvestre Péricles foi marcado por diversos casos de denúncias e intensa violência política. Seu governo já é iniciado com a forte repressão aos comunistas do PCB, que em Alagoas tinham eleito três deputados estaduais, mas ainda em março de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) caça o registro do partido, colocando-o na ilegalidade novamente. Entre os episódios de autoritarismo e violência do Governador está o empastelamento e

---

<sup>22</sup> LESSA, Golbery. Os principais momentos do PCB em Alagoas. In: SALDANHA, Alberto. **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010. p. 91-109.

<sup>23</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osman-loureiro-de-farias> acesso em 4 de março de 2022

fechamento de jornais oposicionistas como os órgãos A Voz do Povo, dos comunistas, e o Diário do Povo, pertencente aos grupos ligados a UDN; a prisão de membros da oposição de forma arbitrária e o caso da prisão e espancamento do jornalista do Diário do Povo, Donizetti Calheiros, que após o ocorrido saiu de Alagoas e foi para o Rio de Janeiro e lá denunciou o caso de violência que sofreu.<sup>24</sup>

Há também o episódio de um tiroteio no centro de Maceió entre silvestritas e o deputado estadual Oséas Cardoso, PSD, que resultou em morte e feridos e que veio a ser a razão do rompimento de seus irmãos Ismar e Edgar Góes Monteiro, que também eram do PSD, com o governo silvestrista, passando a fazer oposição ao governo de Silvestre Péricles (TENÓRIO, p.104). É com Ismar que Silvestre trocou tiros<sup>25</sup> e acabou ferindo o irmão. Ismar tinha sido acusado de ser o mandante de diversos crimes<sup>26</sup> em Alagoas para desestabilizar o governo de Péricles.

Já no ano eleitoral de 1950, após se desentender com o líder estadual do PSD, Silvestre Péricles saí do partido e ingressa no Partido Social Trabalhista (PST) e leva consigo um grande número de correligionários. Ismar de Góes Monteiro, que era Senador da República por Alagoas chega em Maceió, em agosto de 1950<sup>27</sup>, já em processo de campanha, com Getúlio Vargas candidato à presidência da república pelo PTB. O PSD em Alagoas fez campanha para Getúlio Vargas para a Presidência da República, ignorando a candidatura nacional do partido que foi a encabeçada por Cristiano Machado.

Getúlio Vargas realizou um comício na capital alagoana, Maceió, e nele emprestou<sup>28</sup> seu apoio à candidatura oposicionista ao Governo de Alagoas, que era encabeçada pelo jornalista que ele tão bem conhecia, Arnon de Mello. O apoio de Vargas à candidatura udenista se daria por conta do rompimento dos irmãos Goés Monteiro, Silvestre Péricles e Ismar de Góes

---

<sup>24</sup> <https://www.historiadealagoas.com.br/donizetti-calheiros-e-o-jornalismo-panfletario-dos-anos-40-e-50-em-alagoas.html> acesso em 25 de abril de 2022

<sup>25</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-ismar-de-gois> acesso em 25 de abril de 2022

<sup>26</sup> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-ismar-de-gois> acesso em 25 de abril de 2022

<sup>27</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 30 ago. 1950.

<sup>28</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 31 ago. 1950.

Monteiro. O PSD, de Ismar, apoiava a candidatura de Vargas em Alagoas e era oposição de Silvestre Péricles no estado.

A candidatura de Arnon de Mello ao Governo de Alagoas foi lançada pela UDN. Ao mesmo tempo que disputava o cargo de governador manteve sua candidatura à Deputado Federal, algo permitido pela legislação eleitoral da época. O fortalecimento do nome de Arnon para o Governo só iria se concretizar de fato com o apoio do PSD que, inclusive, indica o vice da chapa, o professor Guedes de Miranda. Assim, une-se o perfil do candidato, seu projeto político e a cisão interna à família Gois Monteiro para explicar a ascensão eleitoral de Arnon.

Arnon de Mello já tinha retornado ao cenário alagoano para disputar o pleito de 1946 no qual só conseguiu emplacar uma suplência. Voltou a Alagoas como um jornalista consagrado e um empresário bem sucedido. Era o perfil que representava os anseios de um mundo em transformações modernistas e Alagoas não estava fora dessa rota. Sua história de vida, contada por ele como um garoto pobre que venceu na vida através do trabalho, era exibida como certificação de triunfo individual.

Em sua campanha utilizou todos os seus conhecimentos de comunicação para se destacar. Apesar de não ter a sua disposição o maior jornal do estado, que era governista, Arnon teve sua campanha financiada por usineiros e donos das fábricas de tecido<sup>29</sup> o que lhe proporcionou ter recursos para investir em outras formas de propaganda. Arnon utilizou-se muito dos comícios e tudo que podia ser gravado com sua imagem e nome foi distribuído, tais como enxadas com sua efígie nas zonas rurais, lápis com seu nome nas escolas, bíblias para os protestantes e catecismo para os católicos<sup>30</sup>, além de chapéus e sapatos para seus eleitores. Apratto Tenório (2007) explica que foi uma campanha de reformulações de técnicas eleitorais e de novidades utilizadas por Arnon:

Há reformulação de técnicas eleitorais, com a presença constata do candidato, em todos os municípios, nos comícios cuidadosamente planejados como verdadeiros espetáculos. A utilização da história em quadrinhos do menino pobre de Rio Largo, herói que foi à luta e venceu mil dificuldades em outros centros do país, o verso e a rima do *jingle* para o eleitor reter e memorizar *governo bom vai ser o de Arnon*, fotos coloridas, bem retocadas por fotógrafos profissionais, competente cobertura de jornais, “santinhos”, o uso do rádio, a distribuição de lápis e calendários, a introdução, enfim, de mudanças na propaganda eleitoral e no marketing político acompanharão as mudanças que o Estado atravessará a partir de então (TENÓRIO, 2007, p.28).

<sup>29</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 06 out. 1950.

<sup>30</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 06 out. 1950.

Mas não foi somente de novas técnicas de propaganda eleitoral que foi marcado o pleito em Alagoas. Outro aspecto dessas eleições que tiveram destaque, inclusive em âmbito nacional<sup>31</sup>, foi a forte violência política envolvida no processo. Um dos casos identificados ocorreu quando o governador do Estado, Silvestre Péricles, junto com a polícia, disparou tiros contra estudantes que faziam campanha para a oposição<sup>32</sup> e além disso arrancou cartazes e queimou faixas com a propaganda dos candidatos opositores<sup>33</sup>. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE), após representação apresentada pela UDN, requisitou que tropas federais fossem enviadas para vários municípios de Alagoas para que fosse garantida a liberdade de propaganda eleitoral e que o exército ficasse no Estado até que houvesse a diplomação dos eleitos<sup>34</sup>.

Mas o envio de tropas federais não impediu que no dia do pleito, 3 de outubro, houvesse conflito armado no Estado. No município de Mata Grande, sertão alagoano, ocorreu uma chacina que colocou Alagoas nas capas dos principais jornais do Brasil<sup>35</sup>. O prefeito da cidade, Moacir Peixoto, PST, e aliado de Silvestre Péricles, disparou tiros contra seu adversário político Eustáquio Malta, da UDN, matando-o. Além de Eustáquio, foram mortos seus dois filhos adolescentes, um menino de 16 anos e uma menina de 14 anos, além de um sobrinho. O senador Ismar de Góes Monteiro, que tinha ido à cidade no dia anterior pois já havia boatos que haveria derramamento de sangue, também ficou ferido levemente à bala.

As tropas do exército só chegaram algumas horas depois da chacina e o prefeito e seus capangas já tinham fugido da cidade. Em Mata Grande e em outros municípios como Quebrangulo, que também houve morte por confronto político a bala, as eleições não foram realizadas<sup>36</sup>.

Arnon de Mello acabou sendo eleito Governador de Alagoas no pleito de 1950, com ampla vantagem sobre o candidato da situação, apoiado por Silvestre Péricles, e assumiu o cargo em janeiro de 1951. Venceu as eleições com o discurso de iniciar o processo de

---

<sup>31</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 20 set. 1950.

<sup>32</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 20 set. 1950.

<sup>33</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 20 set. 1950.

<sup>34</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 09 set. 1950.

<sup>35</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 09 set. 1950.

<sup>36</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 04 set. 1950.

pacificação de Alagoas, pretendendo poupar os alagoanos de “novos sacrifícios e assegurar-lhes um ambiente de tranquilidade”<sup>37</sup>. Algo que iremos ver que não se concretizou na realidade.

Antes mesmo de assumir como governador de Alagoas, Arnon fez uma viagem à Europa e aos Estados Unidos como forma de se inteirar das tendências econômicas nos centros imperialistas, além disso consolidar articulações com grupos políticos e econômicos que possuíssem interesse de atuação no Brasil e especificamente Alagoas. Ele embarcou no dia 29 de outubro de 1950 e visitou cidades como Londres, Paris, Lisboa e Nova Iorque<sup>38</sup>. Arnon só retornaria ao Brasil em janeiro de 1951 para assumir seu cargo. É nos Estados Unidos que Arnon visitou por um longo período diversas instalações e observou os serviços da Tennessee Valley Authority, TVA, empresa estatal estadunidense que era responsável por grandes obras de eletrificação, irrigação de fazendas, navegação e saneamento no Vale do Tennessee.

Arnon afirmou que a TVA era “exemplo para o Brasil” e que defendia a criação de uma empresa semelhante a ela em território brasileiro<sup>39</sup> para “promover a industrialização do Nordeste” e aproveitar todo o potencial da Hidrelétrica de Paulo Afonso<sup>40</sup>. Arnon concentrou sua estadia nos Estados Unidos, principalmente no Sul do país, nos Estados da Louisiana e Tennessee. Segundo ele, em entrevista ao Jornal O Globo<sup>41</sup>, esses estados tinham passado por um processo de recuperação econômica, situação semelhante ao que se passava em Alagoas. Seu interesse por esses Estados se deu também por terem clima parecido com Alagoas e também na agricultura produziam culturas iguais, como a cana de açúcar, fumo, algodão e alguns cereais.

Além disso, Arnon viajou no intuito de buscar investimentos estadunidenses para Alagoas, “inclusive tentando interessar capitalistas yankees na inversão de capitais em indústrias em Alagoas<sup>42</sup>”, conseguindo agendar uma visita de empresários estadunidenses ao Estado para avaliar “in loco” a possibilidade de instalação de indústrias. Como se percebe, aqui, temos uma equiparação simplista e transposição para o Brasil, de uma realidade muito particular estadunidense. Se há algum tipo de associação entre o relativo atraso do Nordeste em

---

<sup>37</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 17 set. 1950.

<sup>38</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 27 out. 1950.

<sup>39</sup> A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) foi criada a partir da TVA.

<sup>40</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 dez. 1950.

<sup>41</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 10 jan. 1951.

<sup>42</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 10 jan. 1951.

comparação com a região mais dinâmica do Brasil com o caso dos estados visitados por Arnon em comparação com as regiões mais avançadas daquele país do norte, é preciso considerar as principais tendências e a dinâmica da economia mundial em meados do século XX, para se cancelar de vez estas aproximações e colocar no centro destes interesses o imperialismo norte-americano.

Mas ao retornar para o Brasil e antes mesmo de assumir o cargo de Governador de Alagoas, algo que fez no dia 31 de janeiro de 1950, Arnon sofreu uma tentativa de atentado que não chegou a acontecer pois a Polícia Política desarticulou a ação antes que ela ocorresse e prendeu três suspeitos<sup>43</sup>. O atentado aconteceria na Capital Federal, Rio de Janeiro, e só foi descoberto porque o senador, e aliado político de Arnon, Ismar de Góes Monteiro teria recebido informações e denunciado à polícia. Este episódio ocorreu num contexto em que Silvestre Péricles se recusava a deixar o cargo de Governador de Alagoas alegando que seu mandato, pela Constituição do Estado, deveria ser de cinco anos e por isso se estenderia até o ano de 1952. Silvestre Péricles ainda entrou com um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Tribunal Regional Eleitoral afirmando que as eleições de outubro de 1950 foram indevidas. O STF indeferiu todas as solicitações de Silvestre Péricles<sup>44</sup>.

E no dia 31 de janeiro, sob escolta do exército, Arnon de Mello toma posse como governador do Estado de Alagoas. O relato do Jornal O Globo é que Arnon foi recebido de forma apoteótica pelo povo de Maceió para tomar posse. Chegou na cidade em Avião das Força Aérea Brasileira (FAB) e ao descer do avião foi “carregado pelo povo”<sup>45</sup>. Seguiu o trajeto do aeroporto ao palácio da assembleia legislativa do estado, cerca de 20 quilômetros, e nesse caminho o jornal novamente relata que Arnon tinha seu automóvel parado pelos populares que queriam cumprimentar o novo governador. A matéria que tratou da posse de Arnon tinha “Salve a nova abolição da escravatura” como título, referente a uma faixa levada pelos populares para a posse.

Arnon chegou ao Governo com discurso de livrar Alagoas das amarras de um passado coronelista e oligarca, foi pra lutar “contra os escravizadores dos pobres alagoanos”<sup>46</sup> que ele

---

<sup>43</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 16 jan. 1951.

<sup>44</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 02 fev. 1951.

<sup>45</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 02 fev. 1951.

<sup>46</sup> MELLO, Arnon de. **Arnon de Mello: O homem que libertou, pacificou e engrandeceu Alagoas**. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América LTDA, S/D.

se candidatou. Mas é preciso colocarmos aqui que o grupo político ao qual Arnon pertencia e representava não estava longe do coronelismo e das práticas oligárquicas, muito pelo contrário, este grupo era uma das frações dessas oligarquias. Chegou ao poder com a proposta de acabar com a violência e a repressão, mas contraditoriamente o primeiro ato como Governador foi reprimir manifestantes:

a principal liderança do PCB alagoano, Jaime Miranda, organizou um comício no mesmo dia da posse do novo governador (31 de janeiro de 1951), na Praça Rosa da Fonseca, a poucos metros da solenidade oficial (no Palácio dos Martírios). Sem perder tempo, Arnon de Mello convocou o 20º Batalhão de Caçadores, do exército, liderado pelo padrinho de Miranda e “conhecido como fervoroso udenista, no seu tempo”, o capitão Mário Lima. Este, por sua vez, não demorou a agir e vamos deixá-lo relatar como procedeu: “O saudoso e então tenente Alfredo Camarão, que chefiava o controle do policiamento do centro da cidade, conseguiu detê-los no tempo exato. Transportou-os (...) para o quartel do Farol onde, para maior tranquilidade, determinamos que ali pernoitasse” (MOURA, 2017, p. 77).

Já no seu primeiro ato como governador, Arnon demonstrou que não seria tão diferente do que foi Silvestre Péricles e os casos de violência política continuaram no Estado. Quatro meses após a posse de Arnon, no dia 31 de maio, é assassinado a tiros, na porta da Assembleia Legislativa pelo deputado Oséas Cardoso, do PSD, o concorrente de Arnon na disputa pelo Governo de Alagoas, Luís Campos Teixeira. O rastro de sangue seguiu por diversos territórios alagoanos:

Em Coruripe, terra de antigas desavenças políticas, o septuagenário coronel João Beltrão Castro, tradicional chefe político, é assassinado a facadas por um soldado da Polícia Militar. Em Porto de Pedras, município do litoral norte, o jovem político Francisco Lima, neto do ex-governador Fernandes Lima, sucumbe sob a mira do tabuquismo. Em Água Branca, o fazendeiro José Torres Filho, originário de uma das mais tradicionais famílias alagoanas e neto do barão de Água Branca, é chacinado pelo próprio delegado de polícia (TENÓRIO, 2007, p.105).

No caso do assassinato de Luís Campos Teixeira, o deputado da oposição, Ary Pitombo, eximiu Arnon de culpa direta afirmando que era uma desavença pessoal entre o morto e o assassino, mas culpa o governador pelo clima de insegurança existente em Alagoas “onde se tem verificado, espancamentos e mortes sem que nenhuma providência tenha sido tomada”<sup>47</sup> a respeito. Mas Silvestre Péricles, ex-governador de Alagoas, acusou Arnon de Mello como responsável pelo assassinato e também seu irmão, Ismar de Góes Monteiro, e acrescentou que

---

<sup>47</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 31 maio 1951.

“nestes quatro meses de governo o Sr. Arnon de Mello já mandou matar quatorze pessoas<sup>48</sup>”. Péricles disse que a motivação de Arnon para matar Campos Teixeira, que era presidente da Caixa Econômica Federal, foi afastá-lo dessa função para “furtar<sup>49</sup>” o banco. Ou seja, a denúncia envolvia uma eventual dificuldade de intervenção e aproximação com atividades financeiras em um dos maiores bancos do país então por parte do governo, e um método violento e típico de regimes autocráticos para acesso ao crédito.

Silvestre Péricles vai ser o principal adversário político de Arnon neste período, não somente no seu mandato como governador, mas seguirá por mais de uma década culminando em tiroteio entre os dois no Senado Federal, como veremos adiante.

Não muito diferente de Silvestre Péricles, Arnon mandou prender jornalistas e acabar com comícios programados pelos adversários políticos (TENÓRIO, 2007, p.106). Na tentativa de responder as acusações provando o contrário e para mostrar que reinava a “plena liberdade em Alagoas<sup>50</sup>” convidou o jornal O Globo, propriedade de seu amigo pessoal Roberto Marinho, para verificar “in loco” a liberdade que reinava em Alagoas. Mas como conta, Douglas Apratto (2007), por ser taxado de fraco por seus adversários, Arnon formou uma tropa de oficiais e policiais “verdadeiros cães de fila prontos para enfrentar e desmoralizar os inimigos de Arnon” (TENÓRIO, 2007, p.106).

Arnon inclusive compra a Gazeta de Alagoas, em 1952, jornal que tecia críticas ao seu governo. Esta aquisição iremos debater mais profundamente no próximo tópico deste capítulo.

No campo da administração pública, a economia do estado e o desenvolvimento social, o governo de Arnon promoveu realizações bem tímidas. A principal realização de seu governo foi a pavimentação do primeiro trecho da estrada que ligava Maceió a Palmeira dos Índios, na época principal cidade do interior de Alagoas. (CARVALHO, 2015, p. 298). Tentou impedir o êxodo rural para garantir mais produção agrícola oferecendo crédito para pequenos agricultores.<sup>51</sup>

Arnon já de início teve uma governança de muita instabilidade política, pois já em agosto de 1951 seu vice, Guedes de Miranda do PSD, rompeu com o governador. O rompimento

---

<sup>48</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 31 maio 1951.

<sup>49</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 02 jun. 1951.

<sup>50</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 13 ago. 1951.

<sup>51</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 13 jun. 1951.

se dá pelo caráter personalista e centralizador que Arnon imprimia a sua gestão<sup>52</sup>. Em agosto de 1953, Arnon quase sofreu um processo de impeachment<sup>53</sup> por crime de responsabilidade, mas a oposição não entrou em consenso e muitos deputados opositores se recusaram a aderir a essa manobra para tirar Arnon do governo. O impeachment, inclusive era endossado<sup>54</sup> inicialmente pelo PSD, e a sua principal figura Ismar de Góes Monteiro, que outrora apoiou e garantiu a eleição de Arnon para o governo do estado. Mesmo que as lideranças políticas que proporcionaram a base partidária e institucional estiveram em crise e romperam com ele, Arnon conseguiu garantir seu mandato até o final.

Em 1954 aconteceram as eleições para Deputado Federal e Senador da República. A UDN, partido de Arnon de Mello, em Alagoas elegeu dois nomes para o Senado Federal, Rui Palmeira e Freitas Cavalcante, e para a câmara dos deputados elegeu cinco nomes. Todos eram nomes próximos a Arnon, que em pouco tempo havia se tornado liderança udenista nacional. Alagoas, por sinal, foi um dos três estados em que a UDN cresceu, “escapando da condenação popular ao suicídio de Vargas, em 24 de agosto daquele ano” (TENÓRIO, 2007, p.163).

É em outubro de 1955 que foi eleito o sucessor de Arnon de Mello no Governo de Alagoas. O candidato vencedor era do grupo da oposição, Muniz Falcão, apoiado por Silvestre Péricles. A UDN e Arnon lançaram o nome de Afrânio Lages para a disputa desse pleito. Afrânio era um “legítimo representante da aristocracia alagoana, um dos seus quadros orgânicos mais importantes” (TENÓRIO, 2007, p.195).

Além de ser uma figura que representava a aristocracia alagoana tinha em seu histórico o pertencimento ao movimento integralista, tido como os fascistas em verde e amarelo. O jornal *A Voz do Povo*, mantido por comunistas do PCB, mesmo na clandestinidade, assim que foi escolhido o nome de Afrânio já publicou suas críticas com a manchete “Arnon escolhe um fascista para governador”<sup>55</sup>:

A convenção regional da UDN indicou para governar o Estado o fascista Afrânio Salgado Lages. A escolha de um integralista como Lages para o governo de Alagoas não é por acaso, pois se a Convenção Nacional escolheu o policial Etelvino Lins, assassino do estudante Demócrito de Sousa Filho, como candidato à Presidência da República, para atender as imposições do imperialismo americano. A UDN que, no âmbito nacional, jamais conseguiu

---

<sup>52</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 28 ago. 1951.

<sup>53</sup> **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 27 ago. 1953.

<sup>54</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 10 ago. 1953.

<sup>55</sup> **A VOZ DO POVO**. Maceió, 11 jun. 1955.

eleger seu candidato à Presidência da República, é um partido de golpistas e reacionários ligados aos imperialistas ianques e aos latifundiários e grandes capitalistas responsáveis diretos pelo golpe de 24 de agosto e pela morte de Getúlio Vargas. (A Voz do Povo, 11 de junho de 1955).

Arnon, como líder da UDN em Alagoas, afirmou que a derrota de seu candidato “se deu por engano, por um equívoco<sup>56</sup>” e que a vitória da oposição foi recebida com “surpresa, com frieza, com tristeza, com apreensão, até com lágrimas<sup>57</sup>” pelo povo alagoano.

E como ato final de seu Governo, para finalizar do modo que começou, Arnon mandou reprimir militantes comunistas e prendê-los. No dia 11 de dezembro de 1955 a polícia, sob comando de Arnon de Mello, não “só depredou, empastelou, como também roubou todos os materiais redacionais” da sede do Jornal A Voz do Povo, do PCB. Além disso, prendeu os gráficos que estavam no jornal e o operário Renalvo Siqueira dos Santos. Este, além de ser preso foi “barbaramente espancado”<sup>58</sup>. A edição do A Voz do Povo que denunciou o empastelamento do jornal também resumiu o Governo de Arnon de Mello como:

Incapaz de resolver os mínimos problemas de nosso povo, o governo do sr. Arnon de Mello, quase caracterizou-se pelo aumento incessante do custo de vida, pela miséria cada vez mais acentuada do povo alagoano e que pretendia conciliar a violência com a demagogia. (A Voz do Povo, 1955, edição nº13, p. 1)

Arnon se despediu de seu primeiro cargo eletivo como aquele que pretendeu fazer o novo, mas que na prática reproduziu aquilo que criticava em seus opositores. Chegou com o discurso de levar paz aos alagoanos, mas o que produziu em seu governo foi a política do derramamento de sangue e a utilização das forças repressivas do estado para combater os adversários. No campo da liberdade de imprensa, empastelou jornais que criticavam seu governo e comprou um próprio órgão da imprensa para utilizar como instrumento das disputas políticas que travaria a partir dali. E isso iremos debater no próximo tópico.

### **3.2 – A COMPRA DO JORNAL GAZETA DE ALAGOAS E OS PRIMEIROS PASSOS NA HEGEMONIA DA INFORMAÇÃO EM ALAGOAS (1951-1963)**

O Jornal Gazeta de Alagoas foi fundado em 25 de fevereiro de 1934 por Luís Magalhães Silveira, o mesmo fundador do Jornal de Alagoas. Mesmo morando no Rio de Janeiro, em 1936, Arnon de Mello teve sua primeira passagem pelo jornal, primeiramente como correspondente

---

<sup>56</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 19 out. 1955.

<sup>57</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 19 out. 1955.

<sup>58</sup> A VOZ DO POVO. Maceió, 11 dez. 1955.

na Capital Federal e posteriormente como diretor<sup>59</sup>. Já no ano de 1948, a Gazeta de Alagoas foi adquirida pelo grupo político de Silvestre Péricles, então governador do Estado. Formalmente o jornal pertencia a Cooperativa Editora e Publicitária de Alagoas e passou a ser o órgão oficial do governo na gestão de Péricles.

Nesse período o jornal também era utilizado para criticar e atacar os adversários políticos do governador e de seu grupo. Por isto, um dos seus alvos principais foi Arnon de Mello no período de campanha eleitoral em 1950. Com a derrota do candidato apoiado por Silvestre Péricles a Gazeta de Alagoas continuou suas críticas ao governo de Arnon, mas sem os recursos da publicidade oficial<sup>60</sup> do governo o jornal acabou por perder forças.

Em julho de 1951, duas frações do PST entraram na justiça para assumir a diretoria do jornal<sup>61</sup>. Uma dessas frações realizou assembleia extraordinária para eleger uma nova diretoria e depor a antiga, ligada a Silvestre Péricles. Na assembleia estiveram presentes 115 sócios da cooperativa, mas a diretoria eleita em assembleia só iria tomar posse em janeiro de 1952 através de mandado judicial<sup>62</sup>. Até o ano de 1952 “A Gazeta de Alagoas” tinha sido sequestrada judicialmente e parou de circular por conta do não pagamento de dívida de multa. A multa era referente a não publicação de uma notificação compulsória sobre acusações assacadas a políticos udenistas.

Não encontramos em nenhuma de nossas fontes até agora em que circunstâncias a Gazeta de Alagoas foi comprada por Arnon de Mello. Sabemos que isto se deu a partir do ano de 1952, quando o mesmo já era Governador. Segundo Valmir Calheiros<sup>63</sup>, jornalista alagoano e funcionário de longa data das organizações Arnon de Mello, foi a família de Farias de Mello que adquiriu o jornal. Calheiros continua:

E quem passou a ser gerente, passou a administrar a coisa, foi o Euclides Afonso de Melo – primo, parece que era irmão do Arnon, ou era primo, alguma coisa assim. A família dele foi quem administrou. Aí depois passou a seguir a orientação do próprio Arnon de Melo, quando o Arnon deixou o governo e coisa e tal. (CALHEIROS, Valmir. 2010)

---

<sup>59</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnon-afonso-de-farias-melo> acesso em 26 de março de 2022

<sup>60</sup> **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 7 jul. 1951.

<sup>61</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 9 jul. 1951.

<sup>62</sup> **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 17 jan. 1952.

<sup>63</sup> Em entrevista a Tiago Zaidan para sua dissertação de mestrado (2010).

Douglas Apratto também expõe em seu livro (2007, p.106) que a “imagem liberal” de Arnon de Mello foi “desvirtuada” quando ele tentou silenciar a oposição com a aquisição do único jornal que lhe criticava, que era a Gazeta de Alagoas. Daí então o jornal passa a ser um órgão reconhecidamente udenista<sup>64</sup>. Durante o governo de Arnon de Mello foi utilizada para defender sua gestão contra os ataques de seus adversários políticos, principalmente Silvestre Péricles.

A Gazeta de Alagoas foi o primeiro veículo de comunicação da Organização Arnon de Mello, que ao longo dos anos passou a incorporar novos meios de comunicação mais modernos como o rádio e a tv. O jornal também ficou conhecido na administração de Arnon de Mello a partir da incorporação do que era mais moderno e tecnológico para a impressão dos jornais.

Mas após a finalização de seu mandato, Arnon de Mello não permaneceu em Alagoas. Ele voltou para o Rio de Janeiro e de lá participou ativamente da oposição ao governo de Muniz Falcão. Quem estava como dirigente da Gazeta de Alagoas na época era seu irmão, José Afonso de Mello, que também era Deputado Federal eleito em 1954 pela UDN.

Já no processo de Impeachment que foi aberto contra Muniz Falcão, o próprio acusou Arnon de Mello e a Gazeta de Alagoas de criarem “condições propícias de agitação política<sup>65</sup>” para “armar” seu impeachment:

Poucos dias depois da minha posse a Gazeta de Alagoas, jornal udenista e de propriedade do ex-governador derrotado, inseria editoriais propondo e justificando tal medida contra o Governador eleito. (FALCÃO, Muniz. DIÁRIO DA NOITE, 13 jan. 1958)

A tentativa de impedimento do Governo de Muniz Falcão foi um dos episódios que marcaram a história do século XX em Alagoas. Para tratar deste episódio utilizamos a obra de Douglas Apratto Tenório (2007)<sup>66</sup> e os jornais da época que cobriram o acontecimento. Desse fato vários outros se sucederam, como o tiroteio na Assembleia Legislativa entre deputados da oposição e deputados da base do governo. Esse confronto armado deixou cinco feridos a bala, entre eles o irmão de Arnon de Mello, José Afonso de Mello, que fazia parte da oposição, e um morto, o deputado Humberto Mendes, líder do governo na assembleia e sogro de Muniz Falcão, alvejado com um tiro pelas costas.

Foi numa sexta-feira 13, em setembro de 1957, que aconteceu o tiroteio. Neste dia tinha sido marcada a votação do impeachment na assembleia, mas tanto a oposição e o governo

---

<sup>64</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 27 ago. 1954.

<sup>65</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 13 jan. 1958.

<sup>66</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz falcão**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2007.

sabiam que estavam indo para um confronto armado. A votação terminou não acontecendo e Alagoas sofreu intervenção federal. Os udenistas nacionalmente também tentavam mobilizar o fato do tiroteio na assembleia como fato político contra o governo do Presidente do Brasil à época, Juscelino Kubitschek.

O pedido de impeachment contra Muniz Falcão acabou por ser julgado por um tribunal misto que deu o veredito em 16 de junho de 1958 a favor do Governador eleito e o restituindo em seu cargo, do qual estava afastado, e completando seu mandato até 1961. Arnon de Mello, como líder da UDN nacionalmente e uma das principais lideranças em Alagoas foi ouvido<sup>67</sup>. Sobre a absolvição de seu adversário político e afirmou:

para todos os efeitos, é o Sr. Muniz Falcão o governador do Estado e deve reassumir as suas funções, pois nada mais será possível fazer diante do julgamento de um tribunal, inicialmente criado para julgar o atual chefe do executivo alagoano (MELLO, Arnon. DIÁRIO DA NOITE, 16 jan. 1958).

Nesta data da absolvição de Muniz Falcão, Arnon já era candidato ao Senado Federal nas eleições que iriam acontecer em 3 de outubro daquele ano, 1958. Nesse pleito só se elegeria um senador e quem venceu, de maneira apertada, foi o ex-governador Silvestre Péricles, sendo assim derrotando Arnon. Que passou a colecionar derrotas inclusive dentro de seu partido, como na convenção nacional de 1959 da UDN que determinou a candidatura do partido à presidência nas eleições de 1960. O nome que recebeu mais votos dos correligionários foi o de Jânio Quadros, Arnon chegou atrasado, após a votação, e mesmo assim subiu ao microfone para defender o nome de Juraci Magalhães, o derrotado na convenção, e foi vaiado por seus colegas de partido<sup>68</sup>.

Nesse meio tempo Arnon continuou seu trabalho no setor da atividade imobiliária e também na Gazeta de Alagoas, mesmo que administrando à distância. Valmir Calheiros afirma que, mesmo morando em outra região do país, Arnon de Mello “sempre foi o proprietário da Gazeta. Ele sempre foi o grande comandante, até sua morte em 1983”.

Arnon se mantinha no campo da vida política e partidária com a UDN, mas esteve focado mais diretamente nos seus empreendimentos empresariais, porém sem se afastar totalmente da vida política estrito senso. No início dos anos 1960 Arnon estava em processo de divulgação do seu mais novo empreendimento imobiliário em parceria com o amigo e sócio

---

<sup>67</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 16 jan. 1958.

<sup>68</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 9 nov. 1959.

Roberto Marinho, um empreendimento altamente destacado nas colunas sociais do jornal O Globo<sup>69</sup>.

E é no ano de 1960 que Arnon vai inaugurar mais um veículo de comunicação, a Rádio Gazeta de Alagoas. Em outubro de 1960 o Ministério da Aviação autorizou a instalação de equipamento com finalidade de ser um serviço de linhas entre estúdio e o transmissor. Foi autorizada à Rádio Gazeta também a instalação, em Maceió, de um equipamento com o objetivo de realizar transmissão de reportagens externas. Para isso foi realizado o investimento de compra de um automóvel modelo rural equipado com rádio transmissor, possibilitando a rádio fazer cobertura de eventos políticos e esportivos que ocorriam na capital alagoana. O principal objetivo da Rádio Gazeta era ser uma rádio de notícia, dando prioridade à informação, notícias sobre esportes e literatura. Já no ano de 1961, O Globo anunciava que a Gazeta era a rádio mais ouvida do estado<sup>70</sup>.

Arnon de Mello só voltaria a exercer cargo público eletivo em 1962, quando foi eleito Senador da República, cargo que ocupou até o fim de sua vida. Neste pleito, Arnon já tinha saído de seu antigo partido a UDN e foi eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC), sua vitória foi com ampla vantagem sobre o segundo candidato eleito para o senado, Rui Palmeira, com cerca de 15 mil votos a frente<sup>71</sup>. E é exercendo o cargo de Senador da República que Arnon de Mello protagoniza um dos episódios que marcaram a história do Senado Federal e do parlamento brasileiro, ocasionando a morte de um senador assassinado por um de seus pares.

### **3.3. ATUAÇÃO POLÍTICA, AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA: O INÍCIO DA TRAJETÓRIA DE ARNON DE MELLO NO SENADO FEDERAL (1963-1964)**

As eleições de 1962, que elegeram Arnon de Mello, eram relativas a um terço do Senado. Eleito anteriormente e derrotando Arnon, estava já ocupando cargo de senador seu principal desafeto da vida pública: Silvestre Péricles.

Antes mesmo de Arnon assumir a cadeira no Senado, em fevereiro de 1963, Silvestre Péricles já havia discursado na tribuna pedindo a anulação das eleições que elegeram Arnon. A troca de acusações entre os dois acontecia há muitos anos, e se estenderam ao longo de seu

---

<sup>69</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 28 abr. 1960.

<sup>70</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 maio 1961.

<sup>71</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 nov. 1962.

mandato e da década seguinte. Arnon respondeu estas acusações em carta ao Presidente do Senado. A mesma foi publicada na íntegra no jornal O Globo<sup>72</sup>. Conforme um trecho que segue:

Falta, ademais, totalmente, ao meu detrator autoridade moral para acusar-me. Foram sem conta os desatinos e crimes por ele praticados no seu nefasto Governo em Alagoas, mas aqui cito apenas dois deles, impressionantes, que bem o definem na sua desonestidade e na sua monstruosidade. Enquanto, como Chefe do Executivo, dei ampla liberdade de imprensa, e estava sempre pronto a esclarecer quantas acusações me fossem feitas, ele, governador, mandou quebrar pela polícia, como ficou apurado em inquérito, o único jornal oposicionista de Alagoas, o “Diário do Povo”, porque este lhe pedira contas dos auxílios que recebera do Sul do País para as vítimas da inundação ali então verificada. É também fato notório, e foi na oportunidade denunciado da tribuna do Senado por voz insuspeita, que o difamador, quando governador, mandou assassinar em sua residência, no centro da cidade de Maceió, em pleno meio-dia, o velho João Cardoso, setuagenário, pai do Deputado Oséas Cardoso, fazendo em seguida anunciar o crime pela rádio oficial, entre músicas carnavalescas e com os mais abjetos insultos ao morto, enquanto banqueteara em palácio os pistoleiros (MELLO, Arnon. O GLOBO, 19 jan. 1963).

No dia da posse de Arnon no Senado as atenções estavam voltadas para o conflito que estava prestes a acontecer entre os dois, com ambos armados na sessão. Sentaram-se na mesma fileira com cinco poltronas os separando. O confronto entre os dois já conhecidos adversários era algo esperado por todos, inclusive pela imprensa. A expectativa era geral sobre como se daria este encontro. O jornal O Globo narrou a chegada de ambos no plenário para a primeira sessão<sup>73</sup>.

Silves Péricles chegou sorridente, posou para os fotógrafos e passou a conversar com os demais senadores e por seguinte “designou seu lugar no plenário, bem no centro, na quarta fila”. Arnon de Mello chegou ao Senado acompanhado de sua esposa, Leda Collor, e um dos seus filhos. Foi antecedido pelo chefe da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desp). Sentou-se também na quarta fila “mais à direita da mesa”.

Além do chefe da Desp, a segurança de Arnon contava com mais cinco agentes desse mesmo órgão e de seguranças do próprio Senado, todos designados pela mesa da casa. Arnon assinou sua posse e se retirou da casa.

---

<sup>72</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 19 jan. 1963.

<sup>73</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 fev. 1963.

O presidente do Congresso na época, Moura Andrade, chegou a falar com a imprensa<sup>74</sup> sobre o constante clima de eminente confronto armado entre os senadores Arnon e Silvestre e que não iria permitir que a dignidade do Senado fosse manchada de sangue:

As mais rigorosas providencias foram adotadas, pela presidência do Senado de modo a impedir e tornar impossível, que a autoridade e dignidade do Senado, sejam manchadas de sangue. Dentro do Senado não é possível, com as providências adotadas., o conflito armado que se anunciava. O tempo ajudar-nos-á no processo de convivência, que eles precisarão ter, por força dos mandatos conseguidos por ambos, através da votação popular (ANDRADE, Moura. DIÁRIO DA NOITE, 1963).

A realidade era que o confronto armado entre Arnon de Mello e Silvestre Péricles dentro do senado era uma tragédia anunciada e a espera do momento certo para acontecer, como de fato aconteceu.

Ao longo do ano a presença de Arnon era limitada no Senado, justamente pelo clima de ameaças trocadas entre ambos os senadores. Mas no dia 4 de dezembro de 1963, os dois estavam na casa e o que havia sendo temido e anunciado há meses se concretizou. Arnon de Mello e Silvestre Péricles trocaram tiros dentro do Senado Federal com Arnon baleando e matando o senador José Kairala, representante do Acre.

O fato iniciou quando Arnon de Mello pediu a palavra ao presidente da casa. Ele solicitou que permitisse direcionar seu discurso olhando diretamente para Silvestre Péricles, que segundo Arnon, tinha ameaçado matá-lo naquele mesmo dia.

Antes de passar a palavra ao Senador Arnon de Mello, o presidente do Senado afirmou que:

manterá a ordem e respeito indispensáveis no Senado, nos limites máximos de sua força. Que se porventura, entre a assistência ou nos corredores desta casa, alguém perturbar a ordem, será posto imediatamente em custódia. Se desatendidas as advertências da mesa e se houver qualquer delito, será imediatamente aberto inquérito e promovida a responsabilidade, inclusive com a lavra do auto de flagrante indispensável e entregue às autoridades competentes (ANDRADE, Moura. DIÁRIO DA NOITE, 5 dez. 1963).

No áudio<sup>75</sup> da gravação desta sessão do senado, a mesa passa a palavra ao Senador Arnon de Mello que inicia seu discurso: “Senhor Presidente, permita Vossa Excelência, que eu faça meu

---

<sup>74</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 4 fev. 1963.

<sup>75</sup> <https://youtu.be/esGDLmt8rl> acesso 25 de março de 2022

discurso olhando na direção do senhor Senador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que ameaçou me matar hoje, ao começar o meu discurso”, mas Arnon não consegue concluir pois ouvem-se xingamentos e logo em seguida tiros são disparados. É possível ouvir durante cerca de 20 segundos o barulho de tiros. Logo em seguida ouve-se a voz do presidente do senado pedindo para que os guardas da casa retirassem do plenário o senador Silvestre Péricles e que fizessem o mesmo com o senador Arnon de Mello. É possível ouvir que alguém informa que há um ferido no plenário. O presidente da mesa pergunta quem é o ferido e informam que é o Senador José Kairala.

O jornal Diário da Noite (RJ)<sup>76</sup> fez o relato do acontecimento. Segundo este jornal, Arnon de Mello, após ouvir os xingamentos de Silvestre Péricles a ele direcionados, sacou sua arma e fez três disparos, entretanto nenhum atingiu o senador Péricles e um deles atingiu o Senador Kairala no ventre, perfurando seu o intestino. Kairala foi atingido quando se dirigia na direção de Silvestre Péricles para contê-lo. Kairala veio a óbito na mesa de cirurgia após sete paradas cardíacas.

O Senador Silvestre Péricles, antes de ouvir os disparos, estava indo em direção à Arnon de Mello. No ato dos disparos foi jogado ao chão e contido pelo senador João Agripino. Após deflagar os tiros, Arnon também foi contido por colegas senadores e ambos foram retirados do senado e mantidos em custódia. Arnon de Mello no ministério da Aeronáutica, e Silvestre Péricles no Ministério da Guerra. A arma de Silvestre Péricles estava com todas as balas dentro quando ele foi desarmado.

Em depoimento<sup>77</sup>, Arnon de Mello afirmou que fez os disparos para assustar Silvestre Péricles e que pela distância que se encontravam, se quisesse ter matado Silvestre ele o teria feito.

De imediato, o Sr. Silvestre Péricles levantou-se, insultando-me virulentamente e com a mão à cintura, num gesto de quem sacava o revólver. Vendo-o investir contra mim, com palavrões e a sacar a arma, puxei do meu revólver e disparei, para defender-me, para amedrontá-lo, pois, estando ele a uma distância de apenas dois metros de mim, se quisesse matá-lo-ia (MELLO, Arnon. O GLOBO, 1963).

---

<sup>76</sup> DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 5 dez. 1963.

<sup>77</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 6 dez. 1963.

Arnon ainda afirma no depoimento à reportagem que não foi ele quem alvejou o Senador José Kairala:

Lembro-me bem de que disparei na linha da bancada em que se achava o Senador Silvestre Péricles e recuso-me a admitir que tenha sido meu disparo que alcançou o grande senador vitimado esta tarde, pois que, encontrando-se ele distante dessa linha de cadeiras, não posso compreender como possa ter sido alvejado por mim (MELLO, Arnon. O GLOBO, 1963).

Mas no laudo da perícia feita na bala que matou o Senador Kairala se confirmou que ela foi expelida pelo revólver do Senador Arnon de Mello<sup>78</sup>. Ambos os senadores foram presos em flagrante e ficaram detidos até que se encerrasse o processo de investigação do ocorrido. No processo foram ouvidas 18 testemunhas, entre senadores, guardas do Senado e pessoas que estavam presentes na sessão. O Jornal “O Globo”, de Roberto Marinho e amigo pessoal de Arnon, nesse período publicava séries de reportagens em defesa do Senador, chegando inclusive a publicar um texto do filho mais velho de Arnon, Leopoldo de Mello, intitulado “Em defesa de meu pai<sup>79</sup>”.

Na decisão da justiça<sup>80</sup>, o Senador Silvestre Péricles foi impronunciado. O juiz avaliou não ter encontrado nos autos “provas da tentativa de homicídio imputado” à Péricles. Já Arnon de Mello foi pronunciado como o responsável pela morte do Senador José Kairala, mas o juiz o considerou “isento de pena, reconhecendo ter agido em legítima defesa”, embora com erro de pessoa. Arnon seria posto em liberdade somente em junho de 1964 e retorna ao seu cargo de senador no dia 1 de julho de 1964.

---

<sup>78</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 dez. 1963.

<sup>79</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 18 mar. 1963.

<sup>80</sup> O GLOBO. Rio de Janeiro, 17 abr. 1964.

#### **4. CONSTRUINDO CONSENSO COM PROPAGANDA SOB ARMAS: A ATUAÇÃO DE ARNON DE MELLO NO PERÍODO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1961-1983)**

Aqui tratamos do contexto social e político do Brasil no pré-Golpe de 1964, abordamos o início do Governo João Goulart e sua derrota. Tratamos da atuação de organizações financiadas pela burguesia nacional e por entidades internacionais com o objetivo de desestabilização do governo Goulart, além dos motivos para caracterizarmos o golpe de 1964 de Empresarial-Militar. E nesse cenário discutiremos a atuação de Arnon de Mello, então Senador da República, no contexto do golpe e também durante a consolidação da Ditadura a partir da leitura de Gramsci do que é um intelectual orgânico numa sociedade capitalista.

##### **4.1. AS CONSPIRAÇÕES GOLPISTAS E ANTIDEMOCRÁTICAS QUE CAMINHAVAM NAS SOMBRAS: O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO BRASIL ATÉ O GOLPE DE 1964 (1961-1964)**

Em 7 de Setembro de 1961, João Goulart, eleito vice-presidente da República nas eleições de 1960, assumiu a chefia do Executivo do Brasil em decorrência da renúncia do presidente Jânio Quadros. Para que a legalidade do processo de sucessão, como pedia a constituição brasileira na época, fosse cumprida houveram disputas entre os grupos políticos do país. Apenas para dar um exemplo, na data da renúncia de Jânio Quadros, João Goulart não se encontrava em território nacional, estava em uma viagem à República Popular da China, que naquele momento não tinha relações diplomáticas com o Brasil em razão da Guerra Fria.

As forças reacionárias e conservadoras, em especial ministros militares que faziam parte do governo de Jânio Quadros, proibiram a posse de João Goulart, numa atividade golpista, e reconheceram o presidente da Câmara Federal, o deputado conservador Ranieri Mazzilli (PSD) como chefe do executivo, golpeando a constituição.

Diante do cenário golpista, forças legalistas e os movimentos populares organizaram uma resistência ao golpe que, naquele momento, já estava em andamento. No protagonismo dessa resistência esteve a figura de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que convocou os chamados “brigadistas” composto pela brigada militar e polícia estadual, distribuiu armas ao povo e contou com a posição legalista do General Machado Lopes e fez de Porto Alegre a “capital da legalidade”. A partir da mobilização popular iniciada em Porto Alegre foi criada uma cadeia de radiodifusão, a Rede da Legalidade, que levou a conhecimento de todo o Brasil a resistência do movimento liderado por Brizola.

Como resultado dessa mobilização, com forte protagonismo do movimento sindical, as Forças Armadas se dividiram entre os setores legalistas e o núcleo golpista. O setor legalista das Forças Armadas passou a se pronunciar contra o golpe em curso, o que fez com que a ala golpista recuasse parcialmente e aceitasse negociar com representantes políticos.

O acordo a partir dessas negociações, efetivado em uma emenda à Constituição, foi que o regime presidencialista fosse substituído pelo parlamentarismo, fazendo com que João Goulart assumisse com poderes reduzidos e refém de um Congresso Nacional conservador, sendo assim uma ruptura com a legalidade democrática. José Paulo Netto (2014), chama esse momento de “golpe branco” e um frustrado “ensaio geral” do que viria a ocorrer em 1964, mas que já indicava as conspirações golpistas e antidemocráticas que avançavam nas sombras desde a década anterior.

João Goulart quando assumiu o poder no regime parlamentarista, buscou desarmar seus opositores a partir de uma ampliação de sua base política, buscando apoio do centro, mas sem abrir mão de sua relação com setores da esquerda realizando assim uma política de conciliação através de diálogos com diversos partidos que estavam representados no Congresso. Suas medidas passaram por estabelecer uma política externa independente, nacionalizando algumas subsidiárias estrangeiras e aumentando o controle sobre o capital estrangeiro existente no país. Porém, o principal programa a ser implementado em seu governo foram as chamadas Reformas de Base, que englobavam as reformas agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana.

O regime parlamentarista, imposto pelos golpistas, durou dezesseis meses. Por meio de um plebiscito, a 6 de janeiro de 1963, foi derrubado e restaurou-se o presidencialismo no Brasil, destacando-se o claro apoio popular a João Goulart.

Jango assume a presidência, como vimos, no desfecho de um “golpe branco”, intentado por conspiradores militares que expressavam os temores das classes dominantes (burgueses e latifundiários) e, pelo seu passado — de democrata e de herdeiro do nacionalismo do último período de Vargas —, não gozava de nenhuma confiança dos representantes do interesse das empresas imperialistas que operavam no país. A ampliação dos espaços democráticos e a crescente participação popular que ele assegurou desde que chegou à chefia do Executivo, em setembro de 1961, além da coerente continuidade da política externa independente, tornaram-no ainda mais suspeito aos olhos de Washington — que pressionou contra o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética (novembro de 1961) e reagiu grosseiramente à posição da delegação brasileira que defendeu, na Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, a não intervenção da OEA em relação à Cuba. (NETTO, 2014, p. 33-34).

Jango teve como herança uma grave crise econômica para governar, crise resultante da dinâmica interna da economia brasileira. José Paulo Netto (2014, p.37) nos diz que essa não foi uma simples crise cíclica própria do sistema capitalista, mas sim desdobramentos da crise estrutural do capitalismo brasileiro e que exigia uma reestruturação geral dos mecanismos e instituições essenciais a um novo padrão de acumulação. E esse cenário colocava em peso as instituições políticas e sociais da sociedade brasileira, visto que o contexto de crise do país não seria resolvido estritamente pela via econômica, mas na sobreposição de alternativas econômicas com transformações políticas.

Se se quisesse — e este era o horizonte de Jango e seus colaboradores mais próximos — conduzir o equacionamento da crise garantindo a soberania (ou seja, numa perspectiva nacionalista, com o centro decisório da orientação macroeconômica no interior do país) e no marco das instituições democráticas e da sua ampliação, as soluções para a crise econômica estavam hipotecadas ao que à época chamou-se de reformas de base. Entre elas, eram importantes: em primeiro lugar, a reforma agrária, quebrando o monopólio oligárquico da terra (expresso na dominância do latifúndio), aumentando e barateando a oferta alimentar e travando o êxodo rural; a reforma tributária e fiscal, de forma a assegurar a racionalização das principais fontes do fundo público; a reforma bancária, de molde a constituir um sistema de crédito capaz de subsidiar o financiamento do prosseguimento do processo da industrialização pesada (e de criar um mercado financeiro compatível com as exigências deste processo); e uma reforma urbana, apta a regular socialmente o uso do solo cidadão. (NETTO, 2014, p37)

Para construir o projeto de governo nacionalista e democrático que almejava, Jango precisaria reunir as condições necessárias e principalmente ter uma larga base político-social, porém ele estava diante de um cenário de polarização e com opositores conspirando contra seu governo desde a renúncia de Jânio Quadros. Jango tentou buscar diversas vezes novas bases de entendimento com os partidos no Congresso, tanto que chegou a trocar seu ministério quatro vezes ao longo de seu mandato. Importante frisarmos que não havia no Brasil à época, e muito menos pelas mãos de João Goulart, um projeto entre capitalismo ou socialismo a ser implementado. O que houve foi somente um projeto de reformas de viés nacionalista, democrático e menos elitista para desenvolver o capitalismo no país.

Se os conspiradores operavam nas sombras, o campo popular atuava (no período de transição da década de 1950 para a de 1960) com a possibilidade de ser protagonista e ocupar com destaque os canais possíveis a eles na democracia brasileira naquele momento. A exemplo, o movimento operário e sindical teve um grande aumento de sindicatos existentes, se em 1960 existiam 1.608 sindicatos, em 1964 esse número sobe para 2.049. Além da ampliação nos números de sindicatos existentes, houve também a criação do Comando Geral dos

Trabalhadores (CGT), fora da estrutura oficial (sem o reconhecimento do Ministério do Trabalho), criado em 1962 no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores com o objetivo de orientar, coordenar e dirigir o movimento sindical brasileiro.

O sindicalismo brasileiro nesse período ainda estava fortemente ligado às cúpulas partidárias e à própria estrutura de governo de Jango, mas apesar disso houve significativa atuação sindical, com inúmeras greves, algumas de caráter nacional, e não somente em defesa de interesses econômicos das categorias, mas com demandas políticas para influenciar nas decisões governamentais. Essa relação entre Jango e o movimento operário fez com que ele fosse acusado pelo empresariado de pretender transformar o Brasil numa “república sindicalista”.

Os trabalhadores do campo também passaram por um avanço em sua organização e tinham como principal canalizador de suas lutas a bandeira de reforma agrária. As chamadas Ligas Camponesas, associações de trabalhadores rurais, ampliaram o número de locais de atuação, e em 1963 tinha um total de 218 organizações espalhadas pelo país. Os sindicatos rurais também aumentaram de número, chegando a 270 reconhecidos legalmente e outros 557 aguardando registro naquele mesmo ano, em que também foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Já no campo do movimento estudantil, a UNE voltava a ter caráter progressista e passou a atuar, também, para além do espaço da academia. Uma importante iniciativa protagonizada pela UNE foi a criação, em 1961, do Centro Popular de Cultura (CPC), um expoente que revelou grandes artistas da cultura brasileira.

Se havia organização e participação de entidades do campo popular e progressista buscando protagonismo na arena democrática, no campo dos opositores ao Governo de Jango as articulações golpistas já vinham há todo vapor desde a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de impedir que João Goulart assumisse. No Brasil já existiam entidades patronais desde a década de 30, com poder de influenciar a vida política do país, a exemplo da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), fundada em 1931. Mas nos anos sessenta, no cenário econômico brasileiro destacou-se o fenômeno dos interesses multinacionais e associados liderados pelos estadunidenses. Dreifuss (1981), numa pesquisa clássica que, porém, mantém muito vigor e validade, conforme indicam MELO (2014) e Hoeverler (2020), aponta que esse quadro levou a uma crescente concentração econômica e centralização de capital com

predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas e a um processo de controle oligopolista de mercado.

O capital monopolista, mediado pela penetração de corporações multinacionais, redefinia a divisão internacional do trabalho e estabelecia um novo centro produtivo-chave e um bloco organizacional dentro da estrutura socioeconômica brasileira. A industrialização do Brasil seria integrada e absorvida por corporações multinacionais de acordo com a estratégia de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital. O capital monopolista transnacional ganhou uma posição estratégica na economia brasileira, determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional. (DREIFUSS, 1981, p.62).

Nos anos sessenta os interesses multinacionais e associados haviam se tornado a força socioeconômica dominante. Com isso os representantes desse capital também estavam buscando meios de se organizarem enquanto classe com capacidade para influenciar os rumos do Brasil. Sendo assim um novo “conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileira” (DREIFUSS, 1981, p.71).

Os representantes desse bloco buscaram ampliar uma capacidade organizacional própria na qual desenvolveram um trabalho intelectual complexo direcionado para a disseminação dos seus ideais. Os novos agentes sociopolíticos formavam um aparelho civil e militar modernizante responsável pelos assuntos relacionados à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado. O perfil desses agentes era de caráter técnico e especializado, para isso foram recrutados engenheiros, economistas e advogados, “profissionais que não eram, de modo geral, orientados por considerações sociais, mas sim por racionalidade empresarial, eficiência e lucro privado.” (DREIFUSS, 1981, p.76). Uma gama de entidades educacionais fora criada para a formação de quadros e direcionamento ideológico para esse bloco socioeconômico.

A CIA (Agencia Central de Inteligência estadunidense) já atuava em solo brasileiro desde finais dos anos de 1950, monitorando programas nos quais o governo estadunidense pudesse atuar, principalmente na formação de policiais civis brasileiros, oferecendo equipamentos e aprendizado técnico a alguns órgãos estaduais de segurança pública. Mas foi com o financiamento de entidades para a formação de intelectuais orgânicos e quadros representantes do bloco multinacional e associado, do qual uma grande parcela eram de multinacionais estadunidenses, que a CIA teve sua mais marcante interferência. A agencia do governo estadunidense financiou entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) desde 1959 (cujo principal objetivo “corromper processos eleitorais” [NETTO, 2014,

p. 34-35]) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que foi criado em 1962 por empresários brasileiros.

A CIA investiu também na corrupção do movimento sindical (tratando de constituir, no Rio de Janeiro, a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres/REDESTRAL e, em São Paulo, o Movimento Sindical Democrático/MSD) e do movimento camponês (criando o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco/SORPE, para dividir as Ligas Camponesas); igualmente, a central de inteligência norte-americana subsidiou e orientou a ação de entidades como a já citada Ação Democrática Parlamentar/ADP, a Campanha da Mulher Democrática/CAMDE e a Frente da Juventude Democrática/FJD. Por outra parte, de 1962 a 1964, a própria embaixada norte-americana e vários de seus consulados (alguns dos quais dirigidos por agentes da CIA), sob a capa da “ajuda” oferecida pela Aliança para o Progresso, financiaram políticos (prefeitos, deputados e governadores de estados) “democratas” — isto é: de oposição a Jango — com fundos bastante significativos para a época (NETTO, 2014, p. 35).

Além da atuação no campo civil, a força militar era um forte componente para que esse bloco socioeconômico tivesse poder no campo político. Para isso a Escola Superior de Guerra (ESG) foi um veículo crucial para a educação e treinamento de militares e também de civis, tendo suas turmas preparadas minuciosamente com informações dirigidas, incluindo viagens anualmente aos Estados Unidos.

A ESG incorporou em solo brasileiro as ideias e as atitudes maniqueístas dos dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não “políticas”. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. Ideologias americanas de “construção nacional” foram disseminadas entre as Forças Armadas Brasileiras e reforçadas pela doutrinação empresarial. (DREIFUSS, 1981, p.79)

Assim como a ESG, outras entidades foram utilizadas como importantes disseminadores dos ideais desse bloco. José Paulo Netto (2014, p.44) diz que a direita e o extremo conservadorismo operaram em dois planos, o da legalidade e o da conspiração. Entidades como a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), financiadas por associações empresariais, eram as que atuavam abertamente no âmbito da sociedade civil e em diversas camadas da sociedade.

Já o principal complexo ideológico dos opositores a João Goulart era o IBAD e o IPES, *think tanks* reconhecidamente anticomunistas e que atuaram fortemente para desestabilizar o governo. O IBAD foi fundado em 1959 por Ivan Hasslocher, empresário brasileiro do ramo da publicidade e agente da CIA, uma das principais financiadoras da entidade juntamente com empresários brasileiros e estrangeiros. O IBAD tinha como tática utilizar os meios de

comunicação produzindo material próprio para converter os grupos influentes na sociedade à causa anticomunista, com foco em alguns setores: “os militares, os políticos, a Igreja, os capitalistas, a classe média, os estudantes e os professores”.

O IBAD já atuava há todo vapor na propagação de ideologia anticomunista, antinacionalista e com constantes ataques ao governo João Goulart. No ano de 1962 lançou a revista Ação Democrática que teve tiragem de 400 mil cópias e era distribuída gratuitamente. Mas sua distribuição não era feita através de bancas de revistas, mas enviada ao público-alvo que o IBAD desejava atingir com o material da propaganda, “a dita “maioria silenciosa” que ele esperava mobilizar “em defesa da democracia””. (SILVA, 2021, p.3).

Para atingir um público geral, o IBAD utilizava os meios de comunicação de massa disponíveis à época. Em maior escala o rádio, com um programa chamado “A Semana em Revista”, transmitido três vezes por semana, em 83 estações de rádios e cobrindo todos os estados do Brasil, indo ao ar entre os anos de 1962 e 1963. Já a televisão foi utilizada em menor proporção, cobrindo apenas os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O programa de TV transmitido era chamado de o “Congresso em Revista” no qual tinha a participação de políticos opositores ao governo de Jango. Além disso, o IBAD publicou livros, organizou seminários, financiou grupos de estudantes anticomunistas para a disputa de centros acadêmicos, patrocinando também viagens de estudantes aos Estados Unidos, criou postos de assistência social e de saúde no Rio de Janeiro e em estados do Nordeste. Além do movimento estudantil, financiou também entidades sindicais e sindicalistas de direita (SILVA, 2021, p.4).

Toda a articulação midiática era feita através da Agência de publicidade Promotion, que durante a campanha eleitoral em 1962 alugou por 90 dias o jornal vespertino A Noite, do Rio de Janeiro. Durante os três meses a linha editorial e política do jornal foi utilizada para promover os candidatos apoiados pela Ação Democrática Popular (ADEP), mais um braço financiado pelo IBAD para intervir diretamente no pleito de 1962. A função da ADEP, que tinha como representante legal o general Gentil João Barbato, era gerir o dinheiro doado pelos empresários para as campanhas dos candidatos opositores à Goulart e fazer propaganda anticomunista. A participação do empresariado no financiamento dessas entidades era forte, tanto que 126 empresas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estavam entre as financiadoras da atuação da ADEP.

Para que tivesse êxito em seus objetivos, os golpistas tiveram a adesão dos grupos donos dos principais jornais e rádios do país, famílias abastadas que já possuíam seus próprios

interesses em desestabilizar o governo João Goulart. Através de verbas de publicidade, dinheiro que vinha de empresas estadunidenses em sua maioria e empresários brasileiros, os principais veículos de comunicação passaram a apresentar o governo Jango como “corrupto”, “incompetente” e sobretudo operador de conspirações “sindicalistas” e “comunistas”, violador dos valores da “civilização cristã e ocidental” (NETTO, 2014, p.43-44):

A mais irrestrita liberdade de imprensa foi explorada por emissoras de rádio (a televisão estava longe de possuir a influência que posteriormente logrou), jornais e revistas para manipular grosseiramente a “opinião pública” — no eixo São Paulo/Rio de Janeiro, jornais como O Estado de S. Paulo, da família Mesquita, O Jornal, da então tentacular cadeia dos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand, O Globo, da família Marinho, a Folha de S.Paulo, da família Frias, o Jornal do Brasil, da Condessa Pereira Carneiro, a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda e revistas como O Cruzeiro, também de Chateaubriand, participaram ativamente da campanha para a desestabilização do governo Jango. (NETTO, 2014, p. 43-44)

Já o IPES foi fundado em 1962, por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo. Era a entidade para a atuação estratégica dos golpistas, tanto para disseminar o anticomunismo, atuar na educação ideológica de uma parcela da sociedade, mas principalmente ser o “Estado-Maior” das classes dominantes brasileira e seus aliados estrangeiros.

O IPES desenvolveu massiva propaganda anticomunista através de cursos, semanários, conferências públicas e artigos enviados para os jornais. Fez um feroz combate ao marxismo através de publicação e distribuição de panfletos, folhetos e livros, dentre os quais destacamos o “Nossos males e seus remédios” livro direcionado aos trabalhadores da indústria e do comércio e o livro “UNE, um instrumento de subversão”, direcionado aos estudantes universitários. Produziu ainda uma série de 14 filmes que foram exibidos nos cinemas em todo o país antes do início da sessão. E além da produção de material de propaganda, o IPES patrocinava também viagens de estudantes aos Estados Unidos.

Podiam se filiar ao IPES empresários e profissionais liberais, como pessoas físicas, e empresas, como pessoas jurídicas. Para compreendermos o tamanho dessa organização, em 1963, somente o IPES Rio de Janeiro contava com cerca de quinhentos membros. Além dos próprios membros, empresas estrangeiras, principalmente estadunidenses, estavam entre as financiadoras das atividades do IPES e faziam contribuições regulares aos cofres da organização.

Importante frisarmos que o IPES foi o centro estratégico de formulação e intervenção política das classes dominantes do país. Em sua gestão estavam representantes dos principais setores da economia brasileira e que dirigiam também suas entidades representativas (Centro

das Indústrias do Estado de São Paulo/CIESP, da Associação Comercial do Estado de São Paulo/ACESP, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/FIESP, do Conselho das Classes Produtoras/CONCLAP, da Confederação Nacional da Indústria/CNI, da Confederação Rural Brasileira/CRB, do Sindicato de Companhias de Seguros, do Clube de Lojistas do Rio de Janeiro e da Federation of American Chambers of Commerce).

O papel do IPES foi tão importante, que foi através dele que “os segmentos empresariais começaram a estabelecer vínculos estáveis e estratégicos com setores militares” (NETTO, 2014, p.45). O IPES construiu uma rede nacional de relações com as Forças Armadas, essa rede iniciou-se principalmente no recrutamento de oficiais na reserva, mas que conservavam relações nos quartéis. Essa rede golpista construída teve apoio essencial dos Estados Unidos para lograr êxito:

A conjugação do golpismo civil com o militar foi bastante facilitada pela ação da embaixada norte-americana, que intervinha nos dois âmbitos. No âmbito civil, o desembaraço com que o embaixador Lincoln Gordon mantinha relações com o empresariado e políticos opositores era conhecido; mas importantes foram as atividades desenvolvidas por Vernon Walters, oficial da inteligência do Exército americano durante a Segunda Guerra Mundial incumbido da ligação com o comando da Força Expedicionária Brasileira/FEB na Itália, quando estabeleceu relações com oficiais brasileiros. Vinculado à CIA (depois, chegou a ser seu vice-diretor), foi o adido militar norte-americano no Brasil entre 1962 e 1967 — e, nesta condição, articulou-se com os golpistas (alguns dos quais seus amigos, como Castelo Branco), garantindo-lhes o apoio político-militar dos Estados Unidos. (NETTO, 2014, p.46)

Em nome dos interesses do bloco multinacional e associado, que “visualizavam o governo como questão de planejamento, manipulação e controle popular” (DREIFUSS, 1981, p.105), e tinham como demanda a modernização e racionalização capitalista da economia e do sistema político brasileiro, foi essencial, como pudemos ver ao longo do texto, a atuação enquanto classe politicamente organizada e ideologicamente estruturada desse bloco.

A elite dessa classe politicamente organizada e ideologicamente estruturada, aqueles que sintetizam e representam publicamente os interesses dessa classe, Gramsci os chama de intelectuais orgânicos. Conceito que iremos tratar mais profundamente ao decorrer do capítulo e aplicar na análise da atuação de Arnon de Melo no período focado nesta parte da dissertação. E foi através desse complexo ideológico, que foi um verdadeiro partido da burguesia, que as classes dominantes do país atuaram na busca pelo consenso da opinião pública desempenhando ações de cunho ideológico, político e militar.

O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais. Com base no argumento de Gramsci, se não todos os tecnopresários, empresários e militares, “pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade”. Essa elite dos intelectuais orgânicos (doravante denominada elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado) passou a constituir uma força social, cônica de que seus “próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados”. Essa é a fase mais genuinamente política e marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da complexa superestrutura; essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam “partido”. (DREIFUSS, 1981, p.161)

Todas essas movimentações desaguam no Golpe Empresarial-Militar que se concretizou no dia 1 de abril de 1964 no Brasil. A partir daqui iremos abordá-lo, de maneira breve, considerando que não é nosso objeto de trabalho central. Importante frisarmos que optamos por caracterizar esse momento da nossa história de “Empresarial-Militar” visto que as classes dominantes do nosso país, através de suas ações, como vimos ao longo do texto, foram parte essencial para que o movimento golpista saísse vitorioso. Acreditamos que chamar esse movimento somente de “civil-militar” descaracteriza as verdadeiras forças não-militares que foram protagonistas do processo. Os Civis que foram parte essencial da construção do golpe contra a democracia brasileira, foram os representantes do grande empresariado, a grande mídia, os industriais, as elites do capital financeiro, ou seja, a grande burguesia brasileira com auxílio internacional. Chamá-los de civis, puramente, é colocar essas mesmas elites econômicas no mesmo grau de poder de articulação política e ideológica que os cidadãos não-abastados do nosso país.

Dito isso, os momentos anteriores a concretização do Golpe Empresarial-Militar foram de acirramento entre as forças políticas do campo popular, ao lado de João Goulart, e das forças reacionárias e golpistas. Em 13 março de 1964, João Goulart saiu às ruas para discursar para 200 mil pessoas num grande comício no Rio de Janeiro em defesa das Reformas de Base. Em sua fala, Jango, fez crítica ao modelo restrito da democracia brasileira, falou sobre a necessidade de uma revisão constitucional que ampliasse e permitisse as reformas necessárias para um desenvolvimento econômico sem privilégios para as minorias e para os monopólios nacionais e internacionais (NETTO, 2014, p.58). Ainda em seu discurso, responsabilizou as forças antidemocráticas e antinacionais pelas consequências que poderiam resultar da sua “resistência à emancipação do povo brasileiro” (NETTO, 2014, p.59).

Além disso, Jango, no discurso informou que tinha assinado dois decretos antes de ir para o comício: um que desapropriava as terras situadas às margens das rodovias federais e dos açudes para entregá-las aos trabalhadores rurais (respeitando os limites da Constituição vigente no país) e o outro que, devolvia as refinarias de petróleo particulares à Petrobrás, fortalecendo a empresa. No dia seguinte, assinou mais um decreto: tabelou os aluguéis e preços de imóveis e desapropriou os que estavam desocupados em nome da utilidade social.

O discurso enérgico de João Goulart provocou fortes reações da ala reacionária e golpista. No campo político-parlamentar, Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, em nome da UDN, afirmou que o discurso de Jango foi “subversivo e provocativo” e “um atentado à honra do povo e à Constituição”. Enquanto isso, setores do PSD, e de partidos menores, se posicionaram abertamente em favor do campo golpista e exigiram o impeachment de Jango.

Já as articulações das entidades financiadas pela CIA, e pelo empresariado brasileiro e internacional, através do IPES, tomaram as ruas para defender abertamente o golpe contra João Goulart. A CAMDE, junto com outras entidades reacionárias, e endossadas pelos principais veículos de comunicação do país, organizou as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que em São Paulo, em 19 de março, chegou a ter quase 200 mil participantes e entre eles parlamentares que faziam oposição a João Goulart (NETTO, 2014, p.59).

Os militares também estavam nos últimos preparativos da conspiração golpista, tanto que o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, em 20 de março, por meio de “Circular Reservada” ensejava à alta oficialidade do Exército a deposição de Jango e se articulava com seus pares na Aeronáutica e na Marinha, juntamente com alguns governadores opositores. Porém, a noção de defesa da legalidade ainda era forte em alguns setores da oficialidade e Castelo Branco considerava necessário um “fato novo que precipitasse a adesão do grosso dela ao golpe” (NETTO, 2014, p.60).

O novo fato foi o episódio que ficou conhecido como Revolta dos Marinheiros. No dia 25 de março, cerca de dois mil marinheiros foram à sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, descumprindo uma ordem de proibição do ministro da Marinha, para celebrar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros, entidade ilegal. Por conta do ato, o ministro da Marinha, Sílvio Mota, emitiu ordem de prisão para os organizadores da atividade por subversão da hierarquia militar. Os fuzileiros navais enviados para realizar as prisões, acabaram por aderir ao movimento dos marinheiros e também ocuparam a sede do sindicato.

Jango apoiou os marinheiros, o ministro da Marinha se demitiu, o novo que assumiu revogou a prisão dos marinheiros. Os conspiradores golpistas usaram desse episódio para buscar adesão da mídia oficialidade com base no argumento da “quebra de hierarquia” e da “indisciplina”, que seria o início da “comunização do Brasil”. Então, os conspiradores golpistas, destacando entre eles Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Grün Moss, Odílio Denis, Sílvio Heck, Orlando Geisel, Ademar de Queiroz, organizaram concretizar o golpe na primeira semana de abril e com o conhecimento da embaixada estadunidense.

Jango já tinha conhecimento da conspiração golpista que avançava e no dia 30 de março, em reunião, reiterou o seu discurso do dia 13 de março e ainda denunciou o financiamento das propagandas antidemocráticas promovidas por agências nacionais e internacionais, e convocou os sargentos e suboficiais a defenderem a legalidade. Em reação ao discurso de Jango, em Minas Gerais, com a autorização do governador Magalhães Pinto, apressaram o movimento golpista e, sem o conhecimento de boa parte da cúpula militar que dirigia a conspiração, puseram as tropas na rua. Em Belo Horizonte foi o general Carlos Luiz e em Juiz de Fora, Olímpio Mourão Filho, integralista e que em 1937 forjou o “Plano Cohen”. (NETTO, 2014, p.61). Já a ala militar fiel a João Goulart foi incapaz de se movimentar:

O “dispositivo militar” de Jango — chefiado pelo general Assis Brasil, titular da Casa Militar da Presidência da República — revelou-se inepto e inerme. À noite, no dia 31, o comandante do II Exército, Amaury Krueel, sediado em São Paulo, fez a Jango uma proposta para garanti-lo no governo: que o presidente rompesse com a esquerda, demitisse ministros “radicais” e colocasse o CGT na ilegalidade. Jango bateu o telefone após replicar: General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições [para apoiar o governo, mantendo-se na legalidade], eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente. (NETTO, 2014, p.61).

Jango não teve como contar com o ministro da Guerra, pois lhe fez a mesma proposta do general Krueel, sendo assim a Casa Militar do presidente não só não mobilizou a oficialidade legalista, como também não lhes ordenou para qualquer resistência. Já os movimentos populares e democráticos ainda tentaram reagir e resistir ao golpe em andamento, como o movimento sindical que convocou Greve Geral. Porém, como não havia apoio de nenhum setor das Forças Armadas, não havia condições de resistir.

Pela perspectiva militar o golpe já estava concretizado no dia 1 de abril. Já pela perspectiva político-institucional ele foi consumado no dia 2 de abril, quando o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade (PSD), declarou vacância da Presidência da República, mesmo Jango não tendo renunciado ao cargo e ainda estando em território brasileiro.

A Presidência da República, como tinha acontecido em 1961, foi usurpada novamente por Ranieri Mazzili, no qual foi imediatamente aprovado pelo embaixador estadunidense Lyndon B. Johnson por quem Washington enviava seus cumprimentos.

João Goulart, estava em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, quando reconheceu que não haveria como resistir. Só veio a sair do país no dia 4 de abril pois estava sendo perseguido pelos golpistas que lhe usurparam o poder e se exilou no Uruguai, onde ficou até sua morte em 1976 aos 57 anos. O exílio foi ao longo dos anos, inclusive, o destino de vários brasileiros e brasileiras que se opuseram à ditadura.

Enquanto as classes dominantes, com forte participação de setores da pequena burguesia, comemoravam a concretização do golpe com marchas nas principais capitais do país, como a “Marcha da Vitória” no Rio de Janeiro que foi abençoada pelo cardeal dom Jaime de Barros Câmara, o arbítrio, o terrorismo e a violência foram constitucionalizados. Governadores democraticamente eleitos foram depostos (o de Pernambuco, Miguel Arraes, o de Sergipe, Seixas Dória e, meses depois, em novembro, Mauro Borges, de Goiás), políticos opositores foram presos, líderes sindicais, estudantis e dirigentes de organizações populares foram arbitrariamente submetidos a tratamentos vexatórios:

o movimento sindical passou por uma “operação limpeza”: de abril a dezembro, o novo regime interveio em 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações de trabalhadores urbanos; membros das Ligas Camponesas foram perseguidos e encarcerados; assassinatos foram cometidos (oficialmente, apenas 7 civis — nenhum militar — foram mortos no dia 1o de abril; ao longo do ano, morreram mais 13 pessoas); centenas de brasileiros escaparam do terror saindo pelas fronteiras do sul e levas de exilados refugiaram-se em embaixadas estrangeiras; milhares de domicílios, escritórios e consultórios viram-se invadidos e varejados; expurgo rigoroso iniciou-se nas Forças Armadas e em organismos estatais e autarquias; bibliotecas foram objeto de ataques e assaltos policiais; o ódio dos violadores da legalidade destruiu espaços de organizações e instituições culturais: no Rio de Janeiro, a sede nacional da UNE foi incendiada e a do ISEB, vandalizada; jornais nacionalistas e democráticos (os poucos que existiam), editoras e livrarias foram empastelados e fechados. (NETTO, 2014, p.64)

Quartéis e cadeias foram lotados com presos, navios eram transformados em prisões, e os socialistas e comunistas eram o alvo principal do ódio da classe dominante. Jose Paulo Netto (1981, p.64) fala que o emblemático momento da entrada de cena do novo poder foi a prisão do líder comunista Gregório Bezerra, histórico militante comunista pernambucano, que foi amarrado, torturado e arrastado como um animal pelas ruas do bairro da Casa Forte, em Recife, pelo tenente-coronel do Exército Darcy Viana Vilock. Netto ainda conclui dizendo que “era com esses métodos que se ‘salvava’ a democracia no Brasil” (NETTO, 2014, p.64).

Ranieri Mazzili ocupava a cadeira da presidência, mas quem mandava de verdade no país eram os militares e o autodeterminado “Comando Supremo da Revolução”, composto por Artur da Costa e Silva, ministro do Exército, Augusto Rademaker Grünewald, ministro da Marinha e Francisco de Assis Correia de Melo, ministro da Aeronáutica. Em 9 de abril, esse Comando publicou o Ato Institucional 1, documento que, entre outras coisas, limitava os poderes do Congresso Nacional e do Judiciário e ampliava os do Executivo. O AI1:

conferia ao presidente da República o poder de cassar mandatos e suspender por dez anos direitos políticos de parlamentares, políticos, intelectuais, servidores públicos, diplomatas e membros das Forças Armadas, além de atribuir-lhe o direito de declarar o estado de sítio sem prévia autorização do Congresso Nacional. (NETTO, 2014, p.65).

E no dia 10 de abril, o mesmo Comando publicou a primeira lista de brasileiros que tinham mandatos cassados e/ou seus direitos políticos suspensos por dez anos. No dia 11, houve eleição indireta para a Presidência do Brasil, no qual Castelo Branco foi “eleito” por um Congresso Nacional mutilado e ameaçado, tomando posse no dia 15 de abril. Ele foi o primeiro presidente da Ditadura que se iniciava e permaneceria no cargo até 1967. Outros quatro presidentes militares seriam empossados nos vinte e um anos que durou esse período na história do Brasil.

Importante frisarmos que a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil precisa ser compreendida dentro do contexto da Guerra Fria, sob o hegemonismo estadunidense e diante de uma conjuntura em que se modificava profundamente a divisão internacional do trabalho e sendo assim, as relações econômicas dos centros do capitalismo com as periferias do sistema. Mediante esse cenário os núcleos imperialistas patrocinaram golpes e contrarrevoluções em escala mundial. Porém, José Paulo Netto (2014, p.67) alerta que o golpe no Brasil não começou em Washington e que nasceu na dinâmica interna das lutas de classes no nosso país e desse processo gestou as condições da vitória dos golpistas em 1964, que tinham três objetivos interligados:

1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas. (NETTO, 2014, p.67-68)

Sendo assim, reafirmamos, o caráter empresarial-militar da ditadura no Brasil. O golpe de 1º de abril de 1964 foi arquitetado e teve como agentes as classes dominantes nacionais e

vinculadas ao capital financeiro internacional, que mediante a atuação de seus aparelhos de propaganda e educação ideológica, conquistaram setores importantes da sociedade brasileira e sob a tutela dos militares colocaram em prática o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital. Ditadura que se modificou ao longo dos 21 anos que durou, pela própria dinâmica das forças políticas e sociais que a instaurou e a manteve, mas também pela resistência democrática que teve influência no quadro político brasileiro e provocou mudanças no próprio regime.

Nos próximos tópicos deste capítulo abordaremos as fases da ditadura empresarial-militar, através dos anos que perduraram o regime, mas colocando como centro da nossa discussão o objeto de nosso trabalho, a atuação do Senador Arnon de Mello enquanto um intelectual orgânico da burguesia brasileira.

#### **4.2. “GRAVES E SAGRADOS SÃO OS DEVERES QUE NOS IMPÕE A NOSSA CONDIÇÃO DE INTÉRPRETES DA VONTADE POPULAR<sup>81</sup>”: ARNON DE MELLO COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1983)**

Após apresentarmos a conjuntura social e política que estava posta no Brasil dos anos de 1960 até a concretização do golpe em 1 de abril de 1964, agora nos atentaremos a atuação do nosso objeto de pesquisa de modo mais preciso: Arnon de Mello. Nossa investigação neste ponto parte da sua atuação como um intelectual orgânico de uma fração da burguesia brasileira dentro desse contexto anteriormente apresentado por nós.

Como já pontuado em capítulo anterior, Arnon de Mello esteve preso durante os meses que antecederam o golpe. Ficou detido por um período de sete meses, de 4 de dezembro de 1963 a 29 de junho de 1964, aguardando julgamento, pelo qual foi absolvido, pelo tiroteio no Senado Federal que causou a morte de um senador. Seu advogado de defesa foi Heráclito Sobral Pinto<sup>82</sup>, uma figura conhecida no meio jurídico do país e que após a concretização do golpe

---

<sup>81</sup> Discurso de Arnon de Mello no senado federal em 27 de junho de 1969

<sup>82</sup> **ÚLTIMA HORA.** Rio de Janeiro, 10 jan. 1964.

empresarial-militar em 1964, indicou<sup>83</sup> o primeiro Ministro da Justiça do regime ditatorial a pedido do ditador e primeiro presidente do regime, Castelo Branco.

Mesmo estando detido durante esse período, Arnon de Mello já era um adepto dos ideais do bloco multinacional e associado, parte fundamental das articulações das classes dominantes brasileiras para o golpe empresarial-militar de 1964. Ele mesmo uma figura que já defendia os ideais de modernização capitalista do país, a exemplo disso, como já tratamos anteriormente neste trabalho, temos sua visita à TVA, empresa estatal e um dos principais projetos de desenvolvimento estadunidense e exemplo de modernização capitalista exportado principalmente para os países da América Latina.

No início da década de 1960, Arnon de Mello e sua esposa, Leda Collor de Mello, eram figuras frequentadoras dos eventos da alta sociedade carioca, de eventos com empresários internacionais na embaixada estadunidense<sup>84</sup> à eventos com escritores e poetas. A atuação da esposa de Arnon na alta sociedade carioca era intensa, como quando ela foi presidenta da “Campanha da criança retardada”, no qual o jornal carioca *Diário da Noite*<sup>85</sup> destacou seu “considerável lastro de amizades, conhecimentos e contatos”. O objetivo da campanha era arrecadar fundos para as instituições Sociedade Pestalozzi do Brasil e Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)<sup>86</sup>, que promoviam o cuidado, bem estar e desenvolvimento de crianças com deficiências e não pejorativamente chamadas pelos jornais à época de “retardadas”. A campanha também envolvia outras senhoras da alta sociedade carioca (esposas de generais, políticos e empresários) e ganhou destaque em diversas edições de jornais, sendo essa uma forma dessas mulheres se organizarem, também, politicamente pois da campanha surge diversas outras atividades que essas representantes de classe estiveram em diálogo constante com uma parcela da sociedade, chegando a serem chamadas de “soldados de saias”<sup>87</sup>. Isso já em um contexto de crise política no país e uma sociedade polarizada, os movimentos de mulheres foram uma arma importante dos golpistas para mobilizar a sociedade civil.

---

<sup>83</sup> <https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto> acesso em 20 de outubro 2022

<sup>84</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 7 out. 1961.

<sup>85</sup> **DIÁRIO DA NOITE**. Rio de Janeiro, 19 ago. 1961.

<sup>86</sup> **DIÁRIO CARIOCA**. Rio de Janeiro, 19 ago. 1961.

<sup>87</sup> **DIÁRIO CARIOCA**. Rio de Janeiro, 4 set. 1961.

A utilização dos grupos de senhoras da alta sociedade foi uma estratégia tão importante que Leda Collor de Mello foi uma das convidadas das séries de programas de TV financiados e produzidos pelo IPES. O programa com sua participação foi exibido entre outubro e novembro de 1962 (período de eleições gerais no país) e, na ocasião, discorreu sobre “Cooperação da empresa privada na previdência social” (DREIFUSS, 1981, p.247).

Apesar de ter estado preso durante o golpe, Arnon já indicava suas posições políticas sobre o cenário de crise no país a partir da renúncia de Jânio Quadros. Arnon de Mello publicou editorial em seu jornal, o Diário Carioca, em 9 de outubro 1961, pedindo que o “Conselho de Ministros assuma efetivamente o Governo do país”<sup>88</sup> para que o programa do qual Jânio Quadros foi eleito fosse colocado em prática, sendo assim contrário a posse do então presidente do país (sob o regime parlamentarista), João Goulart. O Diário Carioca foi fundado em 1928 e era um jornal da então capital do Brasil, Rio de Janeiro, com um histórico de influência no campo político e ser um jornal tradicionalmente pró UDN e políticos udenistas, tanto que vai ser um dos jornais invadidos por populares após o suicídio de Getúlio Vargas. Arnon passou pouco mais de um ano como dono e diretor presidente do Diário Carioca, em 1962 vendeu o jornal para o jornalista Danton Jobim, no qual passou a ter uma linha editorial pró João Goulart<sup>89</sup>. Por condições financeiras e principalmente a falta de verba publicitária, o jornal teve sua última edição publicada, com limitada tiragem, em 31 de dezembro de 1965.

O outro jornal de Arnon, a Gazeta de Alagoas, publicou em 3 de abril de 1964 manchete intitulada de “Com civismo e paz o maceioense festejou a vitória da Democracia”<sup>90</sup> ao se referir o sucesso do golpe iniciado em 1 de abril daquele mesmo ano. Importante frisarmos que a construção das relações de influência de Arnon estava não somente em Alagoas, mas também no Rio de Janeiro, que durante muitos anos foi a capital do Brasil, deixando de ser capital somente em 1955. É conhecido que além do breve período que foi dono do jornal Diário Carioca, Arnon também tinha intenções de construir uma emissora de TV na cidade, algo que não se concretizou. Isso pode indicar sua tentativa de ampliar sua influência política nesse estado.

---

<sup>88</sup> **DIÁRIO CARIOCA**. Rio de Janeiro, 9 out. 1961.

<sup>89</sup> <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca> acesso em 20 de outubro de 2022

<sup>90</sup> <https://www.historiadealagoas.com.br/o-golpe-militar-de-1o-abril-de-1964-em-alagoas.html> acesso em 20 de outubro 2022

Arnon, ao ser absolvido e solto, retornou ao seu cargo de Senador da República em 1 de julho de 1964. Ao reassumir o mandato, já com o primeiro governo da ditadura empresarial-militar consolidado, Arnon foi mais um político da base de apoio ao novo regime. Em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) é baixado e entre seus atos complementares esteve o que criava o bipartidarismo no país, sendo assim todos os partidos políticos foram dissolvidos e criados apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido da ditadura, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que reuniu um grupo heterogêneo de opositores ao regime. Arnon de Mello passou a ser membro da ARENA.

Como já mencionado, a Ditadura Empresarial-Militar, iniciada em abril de 1964, não foi exclusivamente implantada pelos militares, mas contou com o apoio de importantes civis, empresários e tecnocratas, que se “encarregaram de planejar e implementar as políticas públicas a serviço do grande capital” (NETTO, 2014, p.74), sendo assim, ao longo dos 21 anos que durou:

articulou o poder (político-coercitivo) das armas para viabilizar o exercício do poder (econômico-social) do grande capital. A tutela militar assegurou as condições políticas para a realização dos projetos da grande burguesia, do latifúndio e do imperialismo. Ao longo do ciclo ditatorial, as Forças Armadas foram o instrumento garantidor da realização de tais projetos. (NETTO, 2014, p.74).

Diante de um amplo grupo de tecnocratas, empresários, industriais e intelectuais, elementos fundamentais para a concretização do golpe, se destaca a figura de Arnon de Mello, tido inclusive como um dos homens mais ricos<sup>91</sup> do Brasil em 1965, com importante influência no âmbito nacional. No Senado atuou entre 1963 e 1981 (parte deste período como senador biônico) portanto durante boa parte do período ditatorial, tendo sido membro de diversas comissões ao longo das quase duas décadas que esteve no cargo.

Importante evidenciar Arnon de Mello como um intelectual orgânico de classe, membro atuante de uma fração da burguesia brasileira na construção de um projeto de país que atendesse ao modelo de desenvolvimento e modernização capitalista. Intelectual orgânico é um conceito caro nos escritos de Gramsci, e um conceito desenvolvido juntamente aos processos de concepção da hegemonia e ao conceito de Estado.

A conceituação gramsciana amplia a compreensão e o conceito do que seja um intelectual. Não é apenas aquele ser que detém um determinado tipo de conhecimento ou saber.

---

<sup>91</sup> DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 9 ago. 1965.

Intelectual na concepção do marxista italiano é aquele que exerce função diretiva seja no campo econômico, social ou político. Cada época tem o seu tipo de intelectual em destaque, em outro contexto histórico, por exemplo, os membros do clero, entre outros, exerciam essa função, de intelectuais orgânicos de um determinado tempo histórico. Já com o desenvolvimento do capitalismo, um novo tipo de intelectual orgânico surge.

Todo grupo social, que exerce uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão unidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (COUTINHO, 2011, p. 203). Com o desenvolvimento do capitalismo, o status dos intelectuais foram se modificando. Se o tipo velho de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base majoritariamente camponesa e artesã, a industrialização instituiu um novo tipo de intelectual, o técnico. Comentando o pensamento de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho analisa que:

o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria etc.). Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; (COUTINHO, 2011, p.203)

Nesse sentido, a função efetiva dos intelectuais se dá na relação com as classes fundamentais e com o Estado. Ele tem caráter mediador entre as classes sociais e o Estado. Gramsci (1999, p.104) afirma que, por intelectuais, deve-se entender [...] todo estrato social que exerce funções organizativas em sentido amplo, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...].

Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, p. 37; C 19, § 26, p. 2041/v. 5, p. 93 apud DURIGUETTO, 2015, p.270)

Uma classe é dirigente das classes aliadas e dominante das adversárias, visto que para Gramsci a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como “domínio” e como “direção intelectual e moral”.

Podemos aplicar esta abordagem de Gramsci no contexto político brasileiro do golpe Empresarial-Militar de 1964. A burguesia brasileira, em suas frações, dirigiu o processo conspiratório para a derrubada de um governo eleito democraticamente pelas vias constitucionais e exerceu o papel de direção intelectual e moral da sociedade brasileira para que alçasse ao poder seus aliados e permitisse um projeto, um governo, que atendesse suas demandas de classe. Ou seja, organizaram e deram direção política aos seus interesses de classe. E mediante a este cenário, é de vital necessidade a atuação de intelectuais orgânicos de classe, neste caso, ligados às classes dominantes.

Serial possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (COUTINHO, 2011, p.207-208)

Dessa forma, “não existe uma classe independente de intelectuais” (DURIGUETTO, 2014, p.272). Justamente porque eles exercem função e agem em nome de sua determinada classe na busca do consenso “espontâneo” das massas “nos processos de formação de nova consciência, de uma nova forma de pensar e agir na vida social por parte das classes subalternas.” (DURIGUETTO, 2014, p.273). E é no campo da superestrutura, ou seja, do Estado Integral, que é um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil, que atuam os intelectuais, mas, especialmente no campo da sociedade civil que é onde se dá a luta pela hegemonia.

A função do intelectual se define pela conservação ou a construção de projetos hegemônicos de classe, no nosso caso aqui apresentado temos um intelectual, Arnon de Mello, que atuou na manutenção da hegemonia dos interesses da classe da qual representou, pois:

É no exercício das funções e nas ações e relações que mantêm com os interesses de classe no interior do “Estado integral” que os intelectuais são, precisamente, os *funcionários* que mediatizam a manutenção da hegemonia de determinada classe ou fração de classe, tanto pela via do consenso quanto pela via da coerção. (DURIGUETTO, 2014, p.291-292).

A atuação de Arnon, enquanto um intelectual orgânico da fração de classe da qual fez parte se deu desde o início de sua trajetória pública, mas neste tópico focaremos, a partir de nossas fontes, na sua atuação pela consolidação do golpe empresarial-militar e consequentemente no projeto de país que resultou dele. Nossas fontes aqui serão os discursos que Arnon, enquanto senador da base de apoio da ditadura, proferiu ao longo dos 18 anos que esteve neste cargo, tendo integrado as comissões de Relações Exteriores e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, foi suplente das comissões de Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça e presidiu a Comissão de Serviço Público Civil.

Foi durante o período da Ditadura Empresarial-Militar que se desenvolveram mais rapidamente os veículos de comunicação da Organização Arnon de Mello, e com isso passou a utilizar o discurso do pioneirismo à enquanto propaganda quando o assunto era modernização da comunicação em Alagoas. Isso o tornava distinto de seus concorrentes. O jornal Gazeta de Alagoas, daquilo que viria a ser posteriormente a OAM, foi o precursor no estado a utilizar tecnologias avançadas para à época, como o teletipo, uma máquina de escrever eletromecânica para transmissão de dados, implantada na redação da Gazeta em 1968. A obtenção dessa máquina se deu através de um convênio com a United Press Internacional (UPI), uma agência de notícias estadunidense, fundada em 1907, que até a década de 1990 era uma das quatro agências internacionais mais importantes do mundo juntamente com a Associated Press, a Reuters e a Agência France-Presse.

É claro o caráter arrojado de Arnon de Mello, mas precisamos incorporar esses avanços tecnológicos ao contexto internacional de disputas que se encontrava o mundo. Um ponto seria os interesses do Governos do EUA em aprofundar a dependência tecnologia e ideológica das comunicações brasileiras a um padrão ocidental e liberal, onde a oposição à essa visão seria o modo soviético, visto que ainda estava em decorrência a Guerra Fria (1947-1991).

Outras tecnologias implantadas de maneira pioneira na produção do jornal Gazeta de Alagoas foi a radiofoto, que era o equipamento que transmitia fotografias através das ondas de

rádio, e a telefoto, que era também destinado ao envio de imagens, mas a partir das linhas telefônicas. Essas tecnologias foram utilizadas pela Gazeta a partir de 1973 e outra vez através de convênios com a UPI e a agência JB, ligada ao Jornal do Brasil.

Arnon de Mello, além de ser um empresário que buscou se destacar no mercado com a incorporação de novas tecnologias na produção da Gazeta de Alagoas, também tinha um grupo de escritos, personalidades e políticos da sociedade alagoana e brasileira que legitimava, através das páginas de seu jornal, o projeto da ditadura Empresarial-Militar iniciada em 1 de abril de 1964. Ainda sendo um empresário que construiu relações com entidades e organizações internacionais para promover os avanços tecnológicos de seus veículos.

Valmir Calheiros, funcionário de longa data da Organização Arnon de Mello e pessoa de confiança de Arnon, afirmou que mesmo estando em exercício de seu mandato de senador mantinha o controle sobre a linha editorial da Gazeta (ZAYDAN, 2010, p.112). Isso nos remete a compreensão de que os jornais não são obras solitárias, mas sim, empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos e são projetos coletivos que agregam ideais, valores, crenças e determinações políticas na disputa pela opinião pública.

Arnon, enquanto intelectual orgânico, era o organizador dos ideais de uma fração da burguesia da qual ele fez parte, e através de seu jornal, através das modernizações que o destacava, principalmente em âmbito regional, mas também nacional, utilizou como instrumento de classe na disputa político-ideológica, pois:

como meio privilegiado de que a burguesia dispõe para expressar sua vontade, defender seus interesses econômicos e preservar seu poder político, os jornais desempenham, segundo Gramsci, a função de “partidos”, “frações de partidos” ou “funções de determinados partidos”. Trata-se (os jornais) de um intelectual coletivo que se ocupa da formulação e da elaboração sistemática da ideologia necessária à dominação do grande capital financeiro. (COUTINHO, 2008, p. 51).

Dentre tantos nomes que escreviam para a Gazeta de Alagoas, seja em artigos de opinião ou crônicas, estava Rosinha Pereira do Carmo (ZAYDAN, 2010, p.158), amiga da esposa de Arnon e uma das líderes do Movimento Feminino Anticomunista de Alagoas; outro nome era o de Otávio Gouveia de Bulhões (ZAYDAN, 2010, p.183), economista e Ministro da Fazenda<sup>92</sup> de Castelo Branco, no primeiro governo militar; A Gazeta teve também como assíduo escritor Wanillo Galvão, criador da Patrulha Nacional Cristã, grupo anticomunista que ajudou os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) a queimarem os equipamentos do jornal A Voz do Povo, após ter sido empastelado como primeiro ato do Golpe Empresarial-

---

<sup>92</sup> <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bulhoes-otavio-gouveia-de> acesso em 20 de outubro 2022

Militar em Alagoas<sup>93</sup>.

Wanillo Galvão também comandou o programa de rádio chamado “Alerta, Brasil!”, que ia ao ar semanalmente pela Rádio Gazeta (ZAYDAN, 2010, p.161). A Rádio Gazeta, inclusive, era mais um dos veículos da Organização Arnon de Mello que buscava se diferenciar a partir da incorporação de novas tecnologias, como citamos no capítulo anterior, e ao longo de período da ditadura abriu mais duas rádios a Gazeta FM (1978) e a Gazeta FM Arapiraca (1984).

Os investimentos constantes em reestruturação e modernização dos veículos de comunicação da Organização Arnon de Mello era um ponto importante, não somente para Arnon de Mello, mas para todos que apoiavam e defendiam o projeto de país iniciado com o golpe de 64. A comunicação e, principalmente, a modernização dela foi um fator essencial para a disputa da opinião pública fora do eixo Rio-São Paulo. Isso porque a ARENA era o partido que se consolidava nos “grotões” do país, tinha a sua penetração de influência em áreas onde o histórico conservadorismo brasileiro ainda dispunha de eficientes mecanismos de manipulação (NETTO, 2014, p.174).

Arnon, como intelectual orgânico, explorou no seu papel de empresário a forma de influenciar no processo histórico que estava posto. A comunicação gerada a partir dos veículos da Organização Arnon de Mello era também sua forma de atuação na manutenção e sustentação do projeto que se desenvolvia no país. Em paralelo a sua atuação no comando de seus veículos de comunicação, atuava também com forte significância no senado. A atuação de Arnon de Mello no Senado foi participativa mediante as possibilidades que a conjuntura da ditadura permitia, por meio de seus discursos buscava dar legitimidade e um caráter democrático ao regime ditatorial imposto ao povo brasileiro.

Um dos principais assuntos dos discursos de Arnon no Senado era a educação e as ciências, tanto que em 22 de maio de 1968, através de seu convite, o Ministro da Educação e Cultura do Brasil, foi ao plenário para tratar sobre a situação da educação brasileira. O “Ministério mais importante deste país, eu não vacilaria em pontar o Ministério da Educação e Cultura” (MELLO, 1968), disse Arnon ao iniciar seu discurso, pontuando também que a estrutura educacional brasileira era “obsoleta e o nosso sistema universitário fora de vila e termo”.

---

<sup>93</sup> <https://www.historiadealagoas.com.br/o-golpe-militar-de-1o-abril-de-1964-em-alagoas.html> acesso em 25 de novembro 2022

Em 28 de março de 1968, pouco meses antes da visita do Ministro da Educação ao Senado, tinha ocorrido um dos acontecimentos mais marcantes e violentos da ditadura, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. O estudante participava de uma passeata estudantil contra o fechamento do restaurante universitário Calabouço, que servia refeições a baixo custo aos estudantes, no Rio de Janeiro, quando foi atingido por um tiro a queima roupa no peito, disparado por um policial militar. O assassinato de Edson Luís provocou uma série de manifestações estudantis em diversas capitais do país, greves estudantis contra a política educacional, principalmente a política para as universidades e manifestações contra a violência policial direcionada aos estudantes e movimento estudantil.

Porém, revelando claramente sua leitura do momento, nenhum desses temas foi tocado pelo senador Arnon de Mello ao realizar suas perguntas ao Ministro. O que transparece é que a maior preocupação anotada apontava no sentido de sinalizar a necessidade de uma reforma na educação brasileira e principalmente uma reforma universitária. Foi no primeiro governo da ditadura militar, de Castelo Branco, entre 1965 e 1966, que se firmaram acordos com o governo estadunidenses, acordos MEC-USAID, implantados em todos os níveis da educação brasileira e orientado por técnicos estadunidense, no qual, entre outras intervenções dos EUA, passou a ser obrigatório o ensino da língua inglesa desde o primeiro ano escolar.

Mas o principal projeto no campo da educação foi a reforma universitária, em 1968, visando seu papel estratégico para a formação técnica mais harmonizada ao projeto de desenvolvimento econômico em acordo com a política estadunidense para o país. A reforma universitária de 1968 proporcionou muitas modificações na organização das instituições educacionais brasileiras, positivas e negativas. Um dos pontos negativos foi a ampliação do ensino superior privado. Arnon de Mello foi uma das vozes que questionava o modelo gratuito de educação superior com base em dados no qual demonstravam que a maioria dos estudantes universitários poderiam pagar por seus estudos:

As pesquisas mandadas fazer pelo Governo revelam que 5% somente dos jovens que frequentam as Universidades integram grupos econômicos sem capacidade para financiar seus estudos universitários. 95% deles são de famílias cujas rendas lhes permitem pagá-los. (MELLO, 1968, p.9-10)

Arnon de Mello, inclusive, foi o senador que intercedeu junto ao Ministério da Educação, em 1974, contra os entraves que estavam impedindo a criação do que hoje é o Centro Universitário Cesmac<sup>94</sup>, uma instituição de ensino superior privada em Alagoas.

---

<sup>94</sup> <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-centro-universitario-cesmac.html> acesso em 25 de novembro 2022

O campo educacional era estratégico também na disputa ideológica de uma camada de jovens estudantes brasileiros, que naquele momento eram os principais organizadores de manifestações contrárias a ditadura, mesmo com a UNE posta na ilegalidade desde 1964. Os estudantes representavam um ponto tão crucial à ditadura naquela conjuntura, que Arnon revelou que Costa e Silva, ditador presidente do Brasil entre 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969, considerava a necessidade de uma maior relação entre o governo e esse grupo social. Segundo ele, Costa e Silva:

Considerava a necessidade de um maior entrosamento entre os estudantes e o governo, e só lamentava que profissionais do extremismo, envolvendo-os, procurassem envenenar o seu idealismo e desvirtuar suas aspirações. (MELLO, 1969, p.8)

Num cenário onde cada vez menos poderia se caracterizar de democrático, Arnon de Mello, ainda buscava meios de garantir uma normalidade democrática ao regime ao falar sobre os deveres daqueles que ocupavam cargos no congresso:

Afinal, se vivemos numa democracia, dentro da qual o Poder Executivo aplica as leis e o Poder Judiciário as interpreta, somos nós que normalmente fazemos as leis, desde a lei maior, criadora da ordem jurídica e do sistema de governo. Temos, pois, para fazer face a tais responsabilidades, que defender a nossa autoridade — não somente contra as pressões dos apaixonados ou interessados, mas também contra nossas próprias fraquezas e ambições — e afirmar-nos sempre como militantes e participantes da luta em favor do bem-estar social conduzidos pela emoção e pelo entusiasmo necessários à vitória do bom combate. (MELLO, 1968, p.11)

Além disso, ao falar sobre o contexto de ditaduras que estava ocorrendo pela América Latina, afirmou que a responsabilidade era das estruturas oligárquicas que eram contrárias aos interesses das massas, mas que ainda sobreviviam e não se ajustavam à realidade (MELLO, 1968, p.12), e que não importava o quanto eles quisessem preservar o arcaísmo, pois a vontade social iria se manifestar. Arnon não se apresentava como um representante das classes dirigentes e muito menos dos oligarcas, mas sim como um novo tipo de homem político, o técnico, o intelectual que a partir de seus esforços e conhecimentos técnicos ascende politicamente.

Afirmou ainda que havia dois tipos de resultados que se consolidavam a partir de uma ditadura: de um lado, para manter a ordem de coisas injusta, se os vencedores fossem as classes dirigentes; de outro, para a transformação social, se vitoriosos fossem os desprivilegiados. (MELLO, 1968, p.12). Aqui, mais uma vez frisando, Arnon se colocava como um homem em defesa dos “desprivilegiados” e nunca como um dirigente de uma fração da burguesia brasileira, e ele continua:

De qualquer modo, a rutura é uma esperança de mudança para melhor, já que o *status quo* é a certeza da continuação da injustiça. Conclua-se daí, e não pelo gosto dos paradoxos, que as ditaduras latino-americanas são uma afirmação da vontade social, uma determinação coletiva de ascender e participar, um produto da liberdade, esta que é tão forte que, como já se disse, mesmo o ditador nasce dela, nasce da necessidade que tem de absorver a liberdade dos outros não contentado com a sua própria. (MELLO, 1968, p.12)

Se as ditaduras em outros países da América Latina eram uma “afirmação da vontade social”, o que acontecia no Brasil, para Arnon, também era o mesmo, mas sem ser nomeado de ditadura e sim uma “revolução”, pois “sinal de desamor à democracia seria o conformismo e a aceitação do *status quo* superado, que utiliza a ténue encenação democrática para muitas vezes encobrir, mais do que a ditadura, a própria tirania”. (MELLO, 1968, p.12-13).

O ano de 1968 foi de intensas lutas contra a ditadura, afinal desde o golpe em diante, surgiram diversos agrupamentos revolucionários e organizações políticas, com diversas origens, para combater o terrorismo imposto pelo regime. Muitos desses agrupamentos, especialmente entre 1969 e 1972, aderiram à ação armada que diante a correlação de forças com os militares e sem adesão popular, acabou sendo massacrada:

o custo foi a vida de centenas de patriotas, democratas, cristãos, socialistas e comunistas, e sofrimentos físicos e psíquicos a milhares de outros. Ninguém, absolutamente ninguém, que caiu nas garras da repressão policial-militar nos anos 1969-1976/1977 — sob o império do terrorismo estatal de que adiante falaremos — escapou da violência sistemática do Estado: todos experimentaram a tortura, muitos “desapareceram”, foram assassinados em falsos “confrontos” ou “suicidados” e milhares amargaram anos de prisão e/ou de exílio. (NETTO, 2014, p.112/113).

Em 26 de junho de 1968, aconteceu até então a maior manifestação de massa após o golpe de 1º de abril de 1964, que foi o ato que ficou conhecido como passeata dos Cem Mil, sob liderança estudantil e com grande participação de artistas e do “mundo da cultura” em geral. Foram 100 mil pessoas reunidas que desfilaram pelas ruas do centro do Rio de Janeiro gritando palavras de ordem e pedindo “Abaixo a Ditadura!”. Novas manifestações estudantis aconteceram em diversas capitais do país fazendo com que a ditadura mandasse prender líderes dos movimentos. Em julho daquele ano a cúpula militar do governo decidiu impedir a qualquer custo manifestações públicas. Em agosto, novas prisões de estudantes foram feitas e a Universidade de Brasília foi ocupada violentamente numa operação policial-militar:

30 carros de polícia, duas companhias da Polícia Militar, veículos blindados e agentes do SNI invadiram a Universidade de Brasília, espancaram e prenderam estudantes e vandalizaram inúmeras instalações acadêmicas (NETTO, 2014, p.118).

Não somente os estudantes ocupavam o campo de combate a ditadura, mas também os trabalhadores. Em 1º de Maio, em comemoração do Dia dos Trabalhadores, em São Paulo, na Praça da Sé, foi realizado um comício no qual milhares de participantes vaiaram as autoridades presentes e converteu-se numa passeata que percorreu as principais ruas do centro da cidade vociferando palavras de ordem que desafiavam à ditadura.

Ao final do ano de 1968, em 13 de dezembro, Castelo e Silva baixou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, que findou de vez qualquer aparência democrática que ainda tentava manter. José Paulo Netto (2014, p.94) afirma que, com o AI-5, a ditadura passou de reacionária e foi substituída por uma ditadura terrorista.

O AI-5 foi o ato mais tirano da Ditadura Empresarial-Militar e uma resposta aos setores da oposição à ditadura que estavam em constante mobilização e cada vez mais se ampliando, principalmente os estudantes, trabalhadores, artistas e intelectuais. Mas também veio do aceno que o Congresso Nacional estava dando para uma autonomia do legislativo, visto que após um discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB), em 2 de setembro, no qual o parlamentar pediu boicote às comemorações oficiais do 7 de setembro e discursou contra as violências que mantinham o país em “regime de opressão”<sup>95</sup>, o governo militar encaminhou ao Legislativo um pedido de licença para processar o deputado, no qual foi negado pelo congresso.

O Ato suspendeu direitos políticos por dez anos, decretou o estádio de sítio sem anuência do congresso, suspendeu garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade da magistratura, suspendeu o habeas-corpus, atribuiu o poder do presidente de intervir em estados e municípios e cassar mandatos, além de demitir ou reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares. E com ato complementar nº38, fechou o congresso nacional em “recesso por tempo indeterminado”.

O AI-5 ficou em vigência durante 10 anos e 18 meses, no qual foi base para cassar mandatos de 113 deputados federais e senadores, 190 deputados estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos. Além disso, promoveu a censura de mais de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros e mais de 500 músicas, fora as punições de milhares de servidores públicos civis e militares, profissionais liberais, professores e membros do judiciário.

Com o AI-5, pareceu que o arbítrio tornava-se absoluto o poder do Executivo central não conheceu limites — realizou-se o *Estado de segurança Nacional*.

---

<sup>95</sup> <https://www.camara.leg.br/radio/programas/273666-ato-institucional-5-integra-do-discurso-do-ex-deputado-marcio-moreira-alves-02-51/> acesso em 25 de novembro 2022

Não havia instância de recurso contra medidas previstas pelo AI 5, a Justiça Militar reinava sem restrições, a censura à imprensa tornou-se draconiana, a suspensão do *habeas corpus* abriu o caminho para longos períodos de tortura para os presos. O Estado tornava a violência o seu instrumento sistemático e prioritário de manutenção — e, a partir de então, a tortura não conheceria nem mesmo fronteiras de classe. (NETTO, 2014, p.120)

O terrorismo tinha se tornado política de Estado e assim o seria por um longo período. Apesar da sua retórica em favor da liberdade e mesmo com o país neste contexto de violências cometidas pela ditadura, Arnon de Mello manteve-se como base do governo após o AI-5. Em discurso no dia 7 de novembro de 1969, em homenagem à Costa e Silva, que na ocasião estava enfermo e viria a falecer em 17 de dezembro daquele mesmo ano, exaltou “o amor à democracia e a fidelidade à revolução” do ditador (MELLO, 1969, p.14).

Arnon ainda afirma que Costa e Silva assumiu o poder buscando o propósito de restaurar a democracia no país e que era um defensor da Constituição:

Presidente da República, procurou conciliar a Revolução com o regime democrático, evidenciando aquelas qualidades civis que Napoleão destacava como essenciais ao General em missão de governo. Assumiu o Poder animado realmente do propósito e com o empenho de restaurar o pleno exercício da democracia. Era, aliás, um defensor indomado da Constituição. (MELLO, 1969, p.9)

Costa e Silva, não instaurando novamente a democracia no país, fora o presidente ditador responsável por baixar o ato institucional, AI-5, mais violento e repressivo contra a população brasileira e por ter instaurado o terror como política de Estado. Porém, num artifício argumentativo que escapa à realidade, Arnon de Mello buscou humanizar a figura do ditador remetendo as suas lembranças de infância:

Quando, já Presidente, foi a Taquari, cidade gaúcha em que nasceu, hospedou-se na casa da tia, muito grande e bem antiga, e, alegre, convidou amigos para o acompanharem na visita à pia em que se batizou. A criança travessa dos bons tempos de Pai Aleixo revivia no olhar e no sorriso do Presidente, mesmo cheio de responsabilidades. No churrasco que lhe ofereceram, foi saudado por um velho amigo de bombachas que recordou episódios dos tempos de infância. Em seu agradecimento, muito emocionado, disse o Presidente, como a recordar-se do menino de chapéu de jornal na cabeça que, montado num petiço, livre de quaisquer limitações, invadira, quebrando tudo, a casa de negócios de um amigo de Pai Aleixo: — Sinto-me aqui livre tal um passarinho fora da gaiola. (MELLO, 1969, p.4)

Arnon narrou fatos que remeteram à infância daquele homem que foi um dos responsáveis pelas maiores perversidades praticadas contra o povo brasileiro chamando-o de amigo:

que as minhas expressões de amigo e admirador lhe retratam a figura humana, evidenciando o homem do povo, o bom brasileiro, o chefe militar e o líder que

ele foi, com o grave sentimento do dever presidindo-lhe todos os passos. (MELLO, 1969, p.3)

Com o agravamento do quadro de saúde de Costa e Silva, mais uma vez as regras do jogo eram colocadas de lado pelos militares, visto que o vice-presidente, Pedro Aleixo, foi impedido de assumir o poder pela cúpula militar. Após tensões e conflitos a cúpula dos militares decidiu o nome do sucessor de Costa e Silva a partir da eleição nas altas patentes das Forças Armadas. O mais “votado” terminou sendo o general Garrastazu Médici. No início de outubro de 1969, o Alto Comando das Forças Armadas anunciou ao povo brasileiro que eles tinham um novo Presidente da República.

Médici era ex-chefe do Sistema Nacional de Informação (SNI), que foi o órgão de espionagem da ditadura para colher informações, monitorar e controlar opositores, e ficaria no cargo até 1974, sendo substituído por Ernesto Geisel. José Paulo Netto (2014, p.126), define que os anos que Garrastazu Médici esteve na presidência da república foram os “anos do apogeu do terrorismo como política de Estado”.

Foram anos em que a mistificação propagandística do regime ditatorial tentou travestir a imagem da ditadura e edulcorar a realidade brasileira: mediante uma publicidade em larga escala, Garrastazu Médici foi apresentado a uma população impedida de qualquer participação social significativa como um homem simples, apreciador de futebol e empenhado em promover o “desenvolvimento” com “segurança” — como chefe de Estado comprometido em assegurar a condição do Brasil como “uma ilha de paz” num mundo revolto. (NETTO, 2014, p. 126)

Em 1970, aconteceu eleições indiretas para os governos dos estados brasileiros e somente um teve governador do MDB, o estado da Guanabara. Em Alagoas o escolhido pela ditadura foi Afrânio Lages, conhecido político de passado integralista e amigo de Arnon de Mello. Já nas eleições para o parlamento, também ocorridas naquele ano, assembleias estaduais e prefeituras (exceto as das capitais e as das áreas de “segurança nacional”, que tinham prefeitos nomeados). Mais uma vez o MDB amarga uma derrota esmagadora. Já Arnon de Mello foi eleito senador novamente pela ARENA.

Os anos de 1970 sob a presidência do ditador Garrastazu Médici ficaram conhecidos como “Os anos de chumbo”. Uma das primeiras medidas de Médici foi incorporar o AI-5 à constituição brasileira, e foi no seu período como presidente que a repressão e o terrorismo de estado imobilizaram mais fortemente as forças políticas que atuavam na oposição à ditadura, seja no âmbito da legalidade ou da clandestinamente.

Juntamente ao terrorismo na parte da “segurança nacional” outro ponto importante para manutenção do grosso dos trabalhadores em silêncio foi a censura e a transformação no âmbito

da comunicação social que sofreu modificação essencial ao consolidar a televisão como o veículo de comunicação privilegiado.

As telecomunicações foram consideradas estratégicas pela ditadura, que fez vultuosos investimentos em infraestrutura. Entre 1965 e 1972 foram criados a Embratel, o Ministério das Comunicações e o Sistema Telebrás. Foi construído um moderno sistema de micro-ondas, depois complementado por satélites e cabos de fibras ópticas. (AREAS, 2017 p.209)

Se o número de televisores no Brasil em 1960 era de 598 mil em 1974 esse número passou a ser de 9 milhões de televisores, chegando a atingir 43% dos lares brasileiros (NETTO, 2014, p.146). A principal empresa de comunicação do país, colaboradora e apoiadora do golpe de 1964, a TV Globo, fundada em 1965, também foi a principal parceira da ditadura ao ser o principal veículo de propaganda e legitimação de um país “criado” fantasiosamente e transmitido para milhões de brasileiros através da televisão, tanto que em 1971 os 10 programas de TV mais assistidos no país eram da Rede Globo (AREAS, 2017, p.208).

Arnon de Mello já tinha desejado instalar duas emissoras de TV em 1962<sup>96</sup>, uma em Maceió e outra no Rio de Janeiro, mas somente em 1974 que se concretizou seu desejo parcialmente quando começou a implementação da TV Gazeta em Maceió. Foi a partir do decreto 74.077<sup>97</sup>, de 16 de maio de 1974, que o ditador Presidente da República Ernesto Geisel, concedeu a concessão para que Arnon de Mello colocasse no ar sua TV em Alagoas. E em 1975, a TV Gazeta, das Organizações Arnon de Mello, entrou no ar e se tornou a filial em Alagoas da Rede Globo. Nesse tempo, o filho primogênito de Arnon de Mello, Leopoldo Collor de Mello, já exercia cargo no alto funcionalismo da TV Globo.

E foi o outro filho de Arnon, Pedro Collor, a ser o encarregado de dirigir a implantação da TV Gazeta, que já nas suas primeiras transmissões experimentais apresentou qualidade superior em relação a retransmissão do sinal da TV Jornal do Comércio de Pernambuco, até então única opção de sinal de tv para os alagoanos. As imagens da programação nacional, da TV Globo, eram coloridas, já a programação local, produzida pela TV Gazeta, era em preto-e-branco. A TV Gazeta era a única empresa do nordeste a receber o sinal diretamente da TV Globo matriz, as demais emissoras recebiam retransmissão da TV Globo de Recife.

A programação da primeira emissora alagoana era iniciada às 15h, com o programa infantil local “O Mundo Maravilhoso da Criança”, exibido ao vivo. A TV Gazeta recebia em fitas quadruplex, enviadas pela TV Globo Nordeste, programas como “Silvio Santos” e as novelas, as quais eram exibidas com até um mês de atraso. Somente o “Jornal Nacional” e o “Fantástico”, dos programas de rede, eram exibidos ao vivo para os alagoanos. A programação se encerrava

---

<sup>96</sup> <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-televisao-em-alagoas.html> acesso em 25 de novembro 2022

<sup>97</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D74077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D74077.htm) acesso em 25 de novembro 2022

à meia-noite sempre após a exibição de filmes. (SANTOS et al., 2016, p.3)

Importante frisarmos que antes de Arnon, outro empresário tentou implantar uma TV em Alagoas, o primeiro foi o industrial Napoleão Barbosa em 1968, que chegou a fazer testes, mas o projeto não foi concretizado<sup>98</sup>. Importante destacarmos a influência financeira e política que Napoleão tinha em Alagoas, tendo participado de importantes obras de infraestrutura para o desenvolvimento do Estado como a Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL) e a Companhia Telefônica de Alagoas (CTA), isso demonstra também a capacidade de articulação de Arnon de Mello a nível nacional, não somente para adquirir equipamentos que colocassem a TV no ar com qualidade, mas também autorização e concessão federal, ambas as coisas que Napoleão não conseguiu.

Um dos responsáveis, também, pela implementação da TV Gazeta foi o radialista e já consagrado comunicador do rádio alagoano, Edécio Lopes. Edécio já era figura destacada e importante na própria Organização Arnon de Mello, no qual atuou como apresentador e em cargos de direção. Na TV Gazeta foi Diretor Comercial e contou que após Arnon de Mello ver as transmissões testes da TV Gazeta o chamou “à sua luxuosa sala” e o parabenizou:

- Meus parabéns pela SUA televisão. Está ótima.  
Isso era muito característico de Arnon de Mello. Não é nada demagógico dizer um troço assim. O que ele fazia, com uma expressão como essa, era transferir, para um subalterno, pequeno auxiliar em função do tamanho da empresa, o sentir-se ligado a uma causa muito sua, embora não de sua propriedade. (LOPES, Edécio. 1984, p.225)

Aqui observamos mais uma vez a função de um intelectual orgânico, visto que seu papel é também ser dirigente de ideais na construção de um projeto que vai beneficiar uma determinada classe, mas sua tarefa é buscar meios de tornar esses ideais coletivos. Outra forma de observamos isso na atuação de Arnon de Mello é o slogan de sua emissora de TV: “TV Gazeta de Alagoas, A NOSSA” (SANTOS et al., 2016). Isso remete novamente à coletividade, uma TV que pertencia ao povo alagoano e não somente à Arnon de Mello.

O penúltimo presidente ditador foi Ernesto Geisel, que foi empossado dia 15 de março de 1974 e ficaria até março de 1979 no cargo. Geisel teve como mote político de seu governo a “lenta, gradativa e segura distensão”, nisso buscava uma redução do nível de arbitrariedade da ditadura e abrir um espaço mínimo de vida e de atividade políticas mesmo esse espaço sendo

---

<sup>98</sup> <https://www.7segundos.com.br/maceio/noticias/2020/09/18/159467-70-anos-da-televisao-primeiras-transmissoes-em-al-ocorreram-nos-anos-1960> acesso em 25 de novembro 2022

controlado pelo Executivo e sob sua direção. Mesmo com esse discurso, não deixou de se utilizar do arbítrio e da tortura contra opositores.

Nas eleições de novembro de 1974, para um terço do Senado Federal, toda a Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, Geisel permitiu um mínimo de condições para a realização de eleições livres promovendo a distribuição igualitária dos tempos no Rádio e na TV para os dois partidos, ARENA e MDB, e liberdade de expressão nas campanhas. Essa foi a primeira vez desde dezembro de 1968 que os opositores à ditadura puderam denunciar de maneira massiva e para o país inteiro através dos meios de comunicação e nos espaços públicos, as políticas da ditadura:

a política econômica da ditadura (o arrocho salarial, a concentração da renda, a desnacionalização da economia), o caráter antidemocrático do regime, a necessidade de extinguir o AI-5 e a urgência de estabelecer um Estado de Direito Democrático, com o respeito aos direitos humanos. (NETTO, 2014, p. 160)

José Paulo Netto, afirma que as eleições de 1974 se configurou como a primeira grande derrota da ditadura pois os resultados do MDB foram excelentes revelando um certo caráter plebiscitário das eleições: pois votar na ARENA era votar na ditadura, votar no MDB era votar contra a ditadura. No Senado Federal a votação do MDB superou a da ARENA, na Câmara dos Deputados a ARENA venceu por vantagem inferior a 1 milhão de votos e nas Assembleias Legislativas o resultado foi similar, com pequena vantagem para a ARENA. No total de votos dados ao MDB se registrou um enorme crescimento em relação às eleições anteriores. Desse processo eleitoral resultou uma implicação institucional importante, a ARENA perdeu a maioria dos dois terços, no Congresso Nacional, que permitia ao Executivo reformas na Constituição da maneira que quisesse, com isso a oposição tinha poder para bloquear.

Geisel não seria diferente dos seus colegas de farda que passaram pela Presidência da República durante a ditadura. Ele utilizou também da repressão para perseguir e dizimar os opositores. Após derrotadas quase todas as organizações da luta armada, em 1975, Geisel deu procedimento a Operação Radar, que teve como objetivo assassinar membros do PCB para liquidar a atuação do partido. Centenas de militantes foram presos em diversos estados e torturados nos porões da ditadura, além do assassinato de um terço do Comitê Central do partido. Em 25 de outubro de 1975 aconteceu o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, militante do PCB, crime praticado pela ditadura que teve repercussão em todo país e no exterior.

Em março de 1977, após perder na votação de um projeto de Emenda Constitucional, Geisel determinou o fechamento do Congresso Nacional e passou a governar por decreto, como

era autorizado a partir do AI-5. Reabrindo dia 15 de abril com “o pacote de abril”, que foram duas Emendas Constitucionais, nº 7 e 8, no qual a primeira era o texto sobre a reforma do Judiciário que tinha sido derrotada em votação no Congresso e a segunda alterava profundamente a legislação eleitoral buscando travar o avanço do MDB e da oposição. Entre as modificações esteve a eleição indireta de um dos dois senadores para a renovação do Senado em dois terços, aumentou para 6 anos a duração do mandato presidencial e reduziu para maioria simples o quórum para aprovação de emendas constitucionais pelo Congresso Nacional.

Na eleição de 1978, Arnon de Mello foi o escolhido pela ARENA para ser o senador “biônico”, termo utilizado pela imprensa para caracterizar os senadores indicados pela ditadura. Outro representante de Alagoas no Senado era Teotonio Vilela, senador eleito em 1974 também pela ARENA, mas que em 1978 apresentou no Senado um projeto que ficou conhecido como “Projeto Brasil” com proposta liberalizantes e aderiu à Frente Nacional pela Redemocratização, rompendo com a postura servil à ditadura da ARENA. Na eleição indireta para a sucessão de Geisel, Teotonio Vilela foi um dos três senadores da ARENA que se abstiveram. O eleito pelo congresso sem surpresas foi o general João Figueiredo, o último ditador presidente.

Arnon de Mello manteve sua postura de base e serviu à ditadura, tanto que em 1979 seu filho Fernando Collor de Mello viria a ser o indicado pela ditadura para ser prefeito da cidade de Maceió, capital de Alagoas.

O governo de João Figueiredo, seria o mais longo da ditadura durando seis anos, de março de 1979 a março de 1985. Em agosto de 1979, Figueiredo assinou a Lei de Anistia que permitiu que exilados políticos opositores à ditadura retornassem ao país e fossem reintegrados à vida política do Brasil, mas com imensas limitações:

Mas a sua grande e fundamental limitação consistiu em cobrir com o mesmo “manto do esquecimento” os atos dos que lutaram contra a ditadura (que foram punidos duramente, sem qualquer proteção de um Estado de Direito) e os atos daqueles que a serviram nos aparelhos repressivos: os agentes públicos, civis e militares, que conduziram o terrorismo de Estado (seviciando, torturando, assassinando/“desaparecendo” os opositores) também foram anistiados, interditando-se a possibilidade da sua responsabilização criminal. (NETTO, 2014, p.191)

O fim da ditadura no Brasil e a abertura democrática aconteceu em movimentos contraditórios e sempre coordenado pelos militares. Em 20 de dezembro de 1979 foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos que acabava com o bipartidarismo, uma forma de avanço pois permitia a criação de novos partidos, mas também uma forma de dividir a oposição que estava concentrada no MDB. Em março de 1980, com os novos partidos em formação, a maioria

dos filiados à ARENA, se concentrou no Partido Democrático Social (PDS), inclusive Arnon de Mello.

Arnon de Mello não viveu para ver o completo processo de transição democrática do país, em 1981 pediu licença do cargo de Senador para tratar uma doença, paralisia supranuclear progressiva, doença degenerativa do sistema nervoso central. Por dois anos Arnon de Mello ficou acamado vindo a falecer na madrugada do dia 29 de setembro de 1983, após a paralisação do diafragma (ZAYDAN, 2010, p.110).

Arnon de Mello foi um servil apoiador do golpe empresarial-militar de 1964 e da ditadura que se seguiu. Mesmo em seus momentos mais duros e de terrorismo de estado não houve negação por parte de Arnon de seu apoio ao projeto que foi implantado no país através da violência, mas também da propaganda. Ele foi um dos diversos homens que atuaram na esfera da sociedade civil buscando legitimar as ações da ditadura na busca da construção de um Brasil moderno e que servisse aos interesses do capital. Foi um intelectual orgânico desse projeto de país, atuou no senado como um propagandista das políticas da ditadura, que chegaria definitivamente ao seu fim com a eleição de Tancredo Neves, da chapa de oposição à ditadura, em 1985, ainda em eleição indireta.

## CONCLUSÃO

Diante do que apresentamos ao longo da presente pesquisa, é possível constatar que Arnon de Mello continha características da função de um intelectual orgânico da fração da burguesia da qual fez parte e representava. Ao longo de sua trajetória, seja no momento de ascensão no campo da comunicação à nível nacional ou nas articulações políticas que o fizeram Governador e Senador do Estado de Alagoas, é possível observar sua capacidade e seu arrojado *modus operandi*.

Com a contribuição do pensamento de Gramsci, pudemos perceber elementos que pudessem destacar a figura de Arnon de Mello como um organizador dos ideais do projeto de país do qual ele e sua classe defendiam, sendo uma das funções do intelectual orgânico traduzir esses ideais e transmitir como se fossem naturais a todo o corpo da sociedade.

O presente trabalho também foi uma forma de contrapor a historiografia mais difundida sobre Arnon de Mello, como uma figura das mais cultuadas, exaltado como um grande democrata, líder e como exemplo de pioneirismo. Esse último vendido como slogan, “a marca do pioneirismo<sup>99</sup>” da organização que até hoje leva seu nome, a Organização Arnon de Mello. Nosso objetivo foi buscar em Arnon suas próprias contradições, que se dizendo um democrata foi um dos principais parlamentares a darem sustentação à ditadura Empresarial-Militar que durou mais de duas décadas em nosso país. Portanto, não acreditamos que em seu legado seja possível a defesa de valores democráticos, como afirma o site da OAM<sup>100</sup>.

No campo empresarial, o legado de Arnon de Mello, mesmo se encontrando em meio há dívidas, como ilustramos na introdução deste trabalho, ainda abarca dez empresas de comunicação, sendo um jornal impresso, dois canais de tv, quatro rádios e três sites de notícias. Juntamente essas empresas também está o Instituto Arnon de Mello, o braço social da organização. Fora os sites, que são meios de comunicação mais recentes, todos os outros meios de comunicação foram construídos quando Arnon estava em exercício de cargos públicos, e esse cenário não é uma exceção na política brasileira.

Arnon de Mello é mais um dos chamados “coronéis da mídia”, políticos que a partir da consolidação da televisão como principal meio de comunicação, durante o período ditatorial, transformaram-se em coronéis eletrônicos que, no lugar da propriedade rural, passaram a utilizar propriedade de estações geradoras e retransmissoras como forma de extensão dos seus poderes (SANTOS; CAPPARELLI, 2005).

---

<sup>99</sup> <https://oam.com.br/iam/> acesso em 10 de dezembro de 2022

<sup>100</sup> <https://oam.com.br/> acesso em 10 de dezembro de 2022

Esse cenário não será somente encontrado no Nordeste brasileiro, mas em todas as regiões do país temos exemplos de famílias tradicionais que passaram a ter concessões públicas de rádio e tv, e foi durante o processo da construção da constituição de 1988 que o Governo Sarney distribuiu ainda mais concessões de rádio e tv para serem exploradas por políticos em suas determinadas regiões.

Além da influência no campo das comunicações, Arnon deixou como legado sua influência no campo político. Quando ainda era Senador, teve seu filho, Fernando Collor de Mello, indicado pela ditadura como prefeito de Maceió, expediente antidemocrático existente para as capitais do país, e que posteriormente levou adiante carreira controversa na política.

Certamente Arnon de Mello é uma figura alagoana com grande destaque em nossa historiografia, importante personagem durante o século XX em nosso país, tem seu legado e seu nome conhecido ainda nos dias de hoje pelos alagoanos. Visto isso, acreditamos que esta pesquisa seja um ponto de disputa sobre essa figura importante e controversa da história de nosso estado.

Compreendemos também que este trabalho apresenta limites, mas acreditamos que seja um pontapé importante para pensarmos Arnon de Mello, dada a sua importância como já destacamos, a partir de uma historiografia que seja crítica e que não seja conciliadora para a construção de mitos e exaltações de figuras como a de Arnon de Mello.

## REFERÊNCIAS

### PERIÓDICOS

A Voz do Povo, AL: 1955

Dário Carioca, RJ: 1940; 1961

Diário da Noite, RJ: 1933 – 1964

Gazeta de Alagoas, AL: 1963

O Globo, RJ: 1942 – 1964

### DOCUMENTAÇÃO

Carta de Arnon de Melo a Getúlio Vargas relatando seu encontro com o presidente de Portugal, Gal. Carmona. A bordo do Vapor Colonial (Vol. XXXII/2)

BR RJANRIO.TT.O.QUF.PR0.013 Fundo SNI. Sistema de Informações Arquivo Nacional (SIAN)

### LEGISLAÇÃO

Constituição Brasileira de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em 10 de janeiro de 2022

### ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, TESES E LIVROS

ARÊAS, João Braga. **Os donos do capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

BUCCI, Eugênio. **Roberto Marinho**: um jornalista e seu boneco imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BUTTGIEG, Joseph A., Ana Saggioro Garcia, and João Pedro Silva-Santos. "Sociedade civil em Gramsci." **Revista Práxis e Hegemonia Popular** 5.6 (2020): 157-187.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo** (1937-1945). Rio de Janeiro: DIFEL, 1976

CARVALHO, Cicero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Eduardo. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, E. G.; FREIRE FILHO, J.; PAIVA, P. (Orgs). **Mídia e Poder** – ideologia, discursos e subjetividade. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 41-55.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 118, p. 265-293, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282014000200004>.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e Introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 1: introdução ao estudo da filosofia. a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos** – O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOVELER, Rejane Carolina. "O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica." *Revista Práxis e Hegemonia Popular* 4.5 (2019): 145-159.

LESSA, Golbery. Os principais momentos do PCB em Alagoas. In: SALDANHA, Alberto. **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2010. p. 91-109.

LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano** (1926-1937). Boitempo Editorial, 2017.

LOPES, Edécio. **Vaias e aplausos**. Maceió: Sergasa, 1984.

LUCA, Tania Regina de; LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na Primeira Metade do Século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

MELLO, Arnon de. **América latina-educação e progresso**. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1968.

MELLO, Arnon de. **Chefes de Estado**. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1969.

MELLO, Arnon de. **Problemas de educação**. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1968.

MELLO, Arnon de. **São Paulo venceu!** Brasília: Senado Federal, 2018.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, populismo e comunistas**: Os operários têxteis de maceió/al durante o Governo Muniz Falcão (1956-1961). 2017. 366 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.

QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da história das Alagoas**. 4. ed. Maceió: A. Q. da Silva, 2017.

SANTOS, Guilherme Lins dos et al. A Televisão em Alagoas: da implantação à produção de conteúdo local. In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. p. 1-11. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2779-1.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022

SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.) . **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. 1 ed. São Paulo : Paulus, 2005, v.1, p. 77101.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de muniz falcão**. 2. ed. Maceió: Edufal, 2007.

Z Aidan, Tiago Eloy. **O golpe de estado de 1964 e a disputa de hegemonia através dos veículos de comunicação: a experiência da mídia imprensa alagoana**. 2010. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

## SITES

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnon-afonso-de-farias-melo>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-ismar-de-gois>. Acesso em: 21 de março de 2022.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osman-loureiro-de-farias>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/esquerda-democratica>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)

Disponível em: <https://oam.com.br/>. Acesso em: 27 de outubro de 2022

Disponível em: <https://oam.com.br/iam/>. Acesso em: 27 de outubro de 2022

<https://www.historiadealagoas.com.br/donizetti-calheiros-e-o-jornalismo-panfletario-dos-anos-40-e-50-em-alagoas.html>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.